

FRANCISCO DIRCEU BARROS

Procurador-Geral de Justiça

TRATADO
DOCTRINÁRIO DE
**DIREITO
PENAL**



2ª EDIÇÃO
Revista, Atualizada e Ampliada

VOLUME 1

Tratado Doutrinário de Direito Penal - Volume 1 - 2ª edição

© Francisco Dirceu Barros

EDITORA MIZUNO 2021

Revisão: José Silva Sobrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

B277t Barros, Francisco Dirceu

Tratado doutrinário de direito penal / Francisco Dirceu Barros. – 2.ed. – Leme, SP: JH Mizuno, 2021.

590 p. : 17 x 24 cm – (Tratado Doutrinário de Direito Penal; v. 1)

Inclui bibliografia.

Índice alfabético remissivo.

ISBN 978-65-9903-413-8 (volume 1)

ISBN 978-65-9903-410-7 (coleção)

1. Processo penal – Prática forense – Brasil. I. Título.

CDD 345.8105

Elaborado por **Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

PARTE GERAL

CAPÍTULO 1

Introdução ao Estudo do Direito Penal	23
1. Conceito de Direito Penal	23
2. Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo	23
3. Direito Penal comum e Direito Penal especial (Como fazer a diferença)	24
4. Direito Penal substantivo e Direito Penal adjetivo	24
5. Características da lei penal	24
6. Conceito de lei	27
7. Dos princípios do Direito Penal	30
8. Principais princípios do Direito Penal	30
9. A teoria do garantismo penal	53
10. A teoria do abolicionismo penal	54
11. A teoria do Direito Penal máximo	55
12. A teoria do Direito Penal do inimigo	55
13. As teorias do processo de expansão do Direito Penal	55

CAPÍTULO 2

Aplicação da Lei Penal (Arts. 1º a 12)	59
1. Anterioridade e legalidade	59
2. Da analogia	65
3. A lei penal mais benigna	66
4. Questões práticas sobre as matérias em estudo	67
5. A validade temporal da lei penal	67
6. Da sucessividade das leis penais no tempo	75
7. Da lei excepcional ou temporária	79
8. Do tempo do crime	80
9. Da territorialidade	81
10. Ultraterritorialidade ou extraterritorialidade da lei penal	94
11. Do lugar do crime	101
12. A importância da pena cumprida no estrangeiro	104
13. A sentença estrangeira e sua eficácia	104
14. Outros efeitos da sentença penal estrangeira	105
15. A contagem do prazo penal	105
16. Das frações não computáveis da pena	106
17. Do conflito aparente de normas	106

CAPÍTULO 3

Do Crime (Arts. 13 a	117
1. Conceito de delito.....	117
2. A conduta e a teoria finalista.....	121
3. Formas de conduta.....	122
4. A divisão da infração.....	123
5. Classificação dos crimes.....	125
6. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	136
7. Ação e omissão.....	138
8. O tipo e a tipicidade.....	139
9. Classificação estrutural dos tipos.....	144
10. Tipo de injusto de ação culposa.....	145
11. Da relação de causalidade.....	146
12. Do crime consumado.....	168
13. Da tentativa.....	173
14. Da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.....	183
15. Do arrependimento posterior.....	189
16. Do crime impossível.....	193
17. Do crime doloso.....	197
10. Dolo de impeto e dolo de propósito.....	200
18. Do crime culposo.....	202
19. Do crime qualificado pelo resultado.....	208
20. Crime preterdoloso e crime qualificado pelo resultado.....	208
21. Do erro de tipo.....	210
22. Discriminantes putativas (também chamado erro permissivo).....	212
23. Erro accidental.....	214
24. Erro sobre a ilicitude do fato ou erro de proibição.....	216
25. Formas do erro de proibição.....	216
26. Espécies de erro de proibição.....	218
27. Discriminantes putativas.....	220
28. Da exclusão de ilicitude.....	223

CAPÍTULO 4

Da Culpabilidade (Arts. 26 a 28).....	251
1. Noções práticas.....	251
2. Culpabilidade.....	251
3. Teorias da culpabilidade.....	253
4. A teoria da coculpabilidade.....	257
5. Causas excludentes da culpabilidade.....	258
6. Embriaguez accidental.....	263
7. Inimputabilidade por intoxicação oriunda de substância entorpecente.....	265
8. Semi-imputabilidade penal.....	266
9. Os surdos-mudos.....	267
10. Da inimputabilidade penal absoluta.....	268
11. Ato infracional cometido por adolescente.....	270
12. Segunda causa que exclui a culpabilidade: o erro de proibição.....	275
13. Terceira causa que exclui a culpabilidade: inexigibilidade de conduta diversa.....	275
14. Causas que não excluem a culpabilidade.....	282
15. A culpabilidade e a teoria "Versari in re illicita".....	285

CAPÍTULO 5

Do Concurso de Pessoas (Arts. 29 a 31)	287
1. Noções práticas e conceito	287
2. Tipos de concursos.....	287
3. Teorias do concurso de agentes.....	288
4. Requisitos do concurso de agentes	290
5. Da autoria.....	292
6. Coautoria.....	303
7. Participação.....	306
8. A omissão e o concurso de crimes.....	308
9. Casos criminais superinteressantes.....	309
10. O tipo penal e a quantidade de sujeitos ativos.....	312
11. A participação na tentativa, na desistência voluntária e no arrependimento eficaz.....	312
12. As soluções do arrependimento e da desistência voluntária no concurso de pessoas.....	312
13. Punição no concurso de pessoas.....	312
14. Pactum sceleris	315
15. A teoria do domínio de fato.....	316
16. Questões práticas sobre o concurso de pessoas.....	319
17. Das circunstâncias incommunicáveis.....	321
18. Casos de impunibilidade	322

CAPÍTULO 6

Das Espécies de Pena (Arts. 32 a	325
1. Conceito de pena	325
2. A distinção entre reclusão e detenção.....	338
3. As regras do regime fechado.....	339
4. As regras do regime aberto	340
5. O regime especial.....	342
6. Dos direitos do preso.....	342
7. Os direitos do preso na Lei de Execução Penal.....	342
8. O trabalho do preso e a remição da pena.....	343
9. Os deveres do preso	344
10. A superveniência de doença mental.....	344
11. Da detração penal	345
12. Detração na medida de segurança	348
13. Penas restritivas de direito (ou alternativas)	350
14. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	353
15. Substituição das penas privativas de liberdade	353
16. A questão da equivalência.....	362
17. Prestação pecuniária.....	362
18. Perda de bens ou valores.....	366
19. A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	367
20. Interdição temporária de direitos.....	368
21. Cargo, função, atividade pública e mandato eletivo.....	369
22. Limitação de fim de semana.....	371
23. Da pena de multa	371
24. Noções práticas sobre o cálculo do valor da multa.....	372
25. Cumulação com as penas privativas de liberdade: regra e exceções	373
26. O pagamento da multa	373
27. Da conversão da multa e revogação.....	373
28. As consequências da pena de multa em face da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (lei anticrime)	373

29. A pena de multa e o princípio da insignificância.....	376
30. Suspensão da execução da multa	376
31. Da cominação das penas privativas de liberdade.....	376
32. Aplicação das penas restritivas de direitos.....	376
33. Da aplicação da pena.....	378
34. Aplicação das circunstâncias judiciais (1ª fase).....	378
35. Aplicação das causas de aumento e de diminuição de pena (3ª fase).....	382
36. Outras providências na fixação da pena	384
37. Aplicação da pena em concurso de crimes.....	386
38. Critérios especiais da pena de multa	388
39. A multa substitutiva.....	388
40. Das circunstâncias agravantes.....	389
41. Da reincidência.....	394
42. Das circunstâncias atenuantes.....	401
43. Do concurso de crimes.....	408
44. Do concurso material ou real.....	408
45. Do concurso formal ou ideal.....	409
46. Do crime continuado.....	412
47. Multas no concurso de crimes.....	420
48. O erro na execução.....	425
49. O limite das penas.....	429

CAPÍTULO 7

Da Suspensão Condicional da Pena (Arts. 77 a 82).....	437
1. Conceito	437
2. Condições legais do sursis.....	440
3. Condições judiciais do sursis	441
4. Revogação obrigatória	441
5. Revogação facultativa.....	441
6. Prorrogação do período de prova.....	443
7. Cumprimento das condições do sursis.....	444

CAPÍTULO 8

Do Livramento Condicional (Arts. 83 a 90).....	453
1. Noções práticas.....	453
2. A revogação do livramento condicional.....	458
3. Da extinção do livramento condicional.....	460

CAPÍTULO 9

Dos Efeitos da Condenação (Arts. 91 a 92).....	465
1. Dos efeitos genéricos.....	465
2. Efeitos específicos da condenação.....	470

CAPÍTULO 10

Da Reabilitação (Arts. 93 a 95).....	477
1. Conceito	477
2. Das condições da reabilitação.....	477
3. Revogação da reabilitação.....	478
4. Efeitos da revogação.....	478
5. Competência e recurso	479

CAPÍTULO 11

Das Medidas de Segurança (Arts. 96 a 99)	483
1. Espécies de medidas de segurança	483
2. A imposição da medida de segurança para inimputável	485
3. Os direitos do internado	488
4. Casos criminais	490

CAPÍTULO 12

Da Ação Penal (Arts. 100 a 106)	493
1. Da ação penal	493
2. Ação penal pública incondicionada	498
3. Ação penal e Juizados especiais criminais	501
4. A ação penal no crime complexo	501
5. Representação criminal e requisição do Ministro da Justiça	502
6. Ação penal pública condicionada	504
7. Ação penal privada	507
8. O prazo para ofertar a queixa e a representação	509
9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	511
10. Renúncia expressa ou tácita do direito de queixa	512
11. Perdão do ofendido	513
12. A impossibilidade de transmutação da ação penal " <i>in malam partem</i> "	515
13. Casos práticos	515
14. Casos criminais superinteressantes	517

CAPÍTULO 13

Extinção da Punibilidade (Arts. 107 a 120)	527
1. Extinção da punibilidade	527
2. Casos que extinguem a punibilidade	527
3. Anistia, graça ou indulto	529
4. A retroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso	533
5. Extinção da punibilidade pela renúncia e pelo perdão do ofendido	535
6. Extinção da punibilidade pela retratação do agente, nos casos nos quais a lei a admite	535
7. Uma observação prática muito importante	536
8. Também se extingue a punibilidade pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei	536
9. Enumeração exemplificativa	537
10. Autonomia das causas extintivas da punibilidade	538
11. Da prescrição penal	539
12. Divisão da prescrição	541
13. Prescrição da pretensão punitiva "propriamente dita" (ou prescrição abstrata)	541
14. Prescrição da pretensão punitiva superveniente (posterior, subsequente ou intercorrente)	546
15. Efeitos da prescrição superveniente à sentença	548
16. As modalidades de prescrição da pretensão punitiva retroativa	548
17. Prescrição depois de transitar em julgado a sentença penal condenatória	550
18. Termo inicial da prescrição antes de transitar em julgado a sentença final	552
19. Termo inicial da prescrição após sentença condenatória irrecorrível	554
20. Prescrição no caso de evasão do condenado	555
21. Prescrição da multa	556
22. Causas impeditivas da prescrição	560
23. Causas que suspendem a prescrição (o código usa a expressão: causas impeditivas da prescrição)	560

24. Outras causas suspensivas.....	561
25. Causas interruptivas da prescrição	564
26. A prescrição das penas leves.....	571
27. A prescrição no concurso de crimes.....	571
28. Casos criminais	575
REFERÊNCIAS	583
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	587

ATUALIZAÇÃO ON-LINE
até 31/12/2021

Escaneie o código com seu **smartphone** ou acesse:
<https://diariododireito.com.br/#/qrcodeshow/11>



FRANCISCO DIRCEU BARROS

Procurador-Geral de Justiça

TRATADO
DOCTRINÁRIO DE
**DIREITO
PENAL**

**PARTE
ESPECIAL**
ARTS. 121 A 183

2ª EDIÇÃO
Revista, Atualizada e Ampliada

VOLUME 2

Tratado Doutrinário de Direito Penal - Volume 2 - 2ª edição

© Francisco Dirceu Barros

EDITORA MIZUNO 2021

Revisão: José Silva Sobrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B277t	<p>Barros, Francisco Dirceu</p> <p style="text-align: center;">Tratado doutrinário de direito penal / Francisco Dirceu Barros. – 2.ed. – Leme, SP: JH Mizuno, 2021.</p> <p style="text-align: center;">936 p. : 17 x 24 cm – (Tratado Doutrinário de Direito Penal; v. 2)</p> <p>Inclui bibliografia. Índice alfabético remissivo.</p> <p style="text-align: center;">ISBN 978-65-9903-411-4 (volume 2) ISBN 978-65-9903-410-7 (coleção)</p> <p>1. Processo penal – Prática forense – Brasil. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 345.8105</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concementes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

PARTE 1 DOS CRIMES CONTRA A VIDA

CAPÍTULO 1

Do Homicídio (Art. 121)	33
1. Conceito	33
2. Bem jurídico e fundamento constitucional	34
3. Análise didática do tipo penal	34

SEXTA QUALIFICADORA: FEMINICÍDIO

1. A qualificadora do feminicídio	46
2. As espécies de feminicídio	47
3. Hediondez da qualificadora feminicida	49
4. Competência para julgar o homicídio no contexto do feminicídio	50
5. Feminicídio: qualificadora subjetiva versus objetiva	50
6. Feminicídio e neocolpovoplastia: As implicações legais do conceito de mulher para os fins penais	53
7. A majorante do feminicídio	56
8. O crime de aborto versus a majorante do feminicídio cometido durante a gestação	56

O HOMICÍDIO FUNCIONAL:

1. A qualificadora do homicídio funcional (Artigo 121, § 2º, inciso VII)	58
3. Elemento subjetivo do tipo penal	77
4. Objeto jurídico	77
5. Sujeito ativo	77
6. Sujeito passivo	78
7. Ação penal	79
8. Consumação	80
9. Tentativa	80
10. Classificação doutrinária do tipo penal	81
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de homicídio	81
12. Principais divergências na jurisprudência	88
13. Casos práticos	94
14. Casos criminais superinteressantes	102

CAPÍTULO 2

Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação (Art. 122)	121
1. Conceito de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação	121
2. Análise didática do tipo penal	124
3. Elemento subjetivo do delito de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação	126

4. Objeto jurídico do delito de induzimento, da instigação ou do auxílio a suicídio ou a automutilação	127
5. Sujeito ativo do induzimento, da instigação ou do auxílio a suicídio ou a automutilação	127
6. Sujeito passivo do induzimento, da instigação ou do auxílio a suicídio ou a automutilação	127
7. Ação penal do induzimento, da instigação ou do auxílio a suicídio ou a automutilação	127
8. A consumação do induzimento, da instigação ou do auxílio a suicídio ou a automutilação que causa lesão leve	128
9. A tentativa de do induzimento, da instigação ou do auxílio a suicídio ou a automutilação	128
10. Classificação doutrinária do induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio	128
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio	128
12. Casos práticos	129
13. Casos criminais superinteressantes	130

CAPÍTULO 3

Infanticídio (Art. 123)	139
1. Conceito de infanticídio	139
2. Análise didática do tipo penal	139
3. Elemento subjetivo do infanticídio	143
4. Objeto jurídico do infanticídio	144
5. Sujeito ativo do infanticídio	144
6. Sujeito passivo do infanticídio	144
7. Ação penal do infanticídio	144
8. A consumação do infanticídio	145
9. A tentativa de infanticídio	145
10. Crime impossível. A questão da anencefalia	145
11. Classificação doutrinária do infanticídio	145
12. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de infanticídio	145
13. Casos práticos	147
14. Casos criminais superinteressantes	149

CAPÍTULO 4

Abortamento (Art. 124)	153
1. Conceito de abortamento	153
2. Início e término da proteção pelo tipo penal de aborto	153
3. Análise didática dos tipos penais	154
4. Elemento subjetivo do abortamento	166
5. Objetos jurídicos dos abortamentos	167
6. Sujeito ativo do abortamento	168
7. Sujeito passivo do abortamento	168
8. Atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual	169
9. Ação penal do abortamento	169
10. A consumação do abortamento	169
11. A tentativa de abortamento	170
12. Classificação doutrinária do delito de abortamento	171
13. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de abortamento	172
14. Casos práticos	176
15. Casos criminais superinteressantes	181
16. Principais divergências na jurisprudência	187

PARTE 2

DAS LESÕES CORPORAIS

CAPÍTULO 1

Lesões Corporais (Art. 129)	193
1. Conceito de lesão corporal.....	193
2. Análise didática do tipo penal.....	193
3. Elementos subjetivos das lesões corporais.....	214
4. Objeto jurídico da lesão corporal.....	214
5. Sujeito ativo da lesão corporal.....	214
6. Sujeito passivo da lesão corporal.....	215
7. Ação penal das lesões corporais.....	215
8. A consumação da lesão corporal.....	217
9. A tentativa de lesão corporal.....	217
10. Classificação doutrinária do delito de lesão corporal.....	218
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de lesão corporal.....	218
12. Casos práticos.....	223
13. Casos criminais superinteressantes.....	227
14. Outras divergências na doutrina e jurisprudência.....	235

PARTE 3

DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

CAPÍTULO 1

Perigo de Contágio Venéreo (Art. 129)	241
1. Conceito de perigo de contágio venéreo.....	241
2. Análise didática do tipo penal.....	241
3. Elemento subjetivo do perigo de contágio venéreo.....	243
4. Objeto jurídico do perigo de contágio venéreo.....	244
5. Sujeito ativo do perigo de contágio venéreo.....	245
6. Sujeito passivo do perigo de contágio venéreo.....	245
7. Ação penal do perigo de contágio venéreo.....	245
8. A consumação do perigo de contágio venéreo.....	246
9. A tentativa de perigo de contágio venéreo.....	246
10. Classificação doutrinária do delito de perigo de contágio venéreo.....	247
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de perigo de contágio venéreo.....	247
12. Casos práticos.....	248
13. Casos criminais superinteressantes.....	249

CAPÍTULO 2

Perigo de Contágio de Moléstia Grave (Art. 131)	255
1. Conceito do delito de perigo de contágio de moléstia grave.....	255
2. Análise didática do tipo penal.....	255
3. Elemento subjetivo do delito de perigo de contágio de moléstia grave.....	256
4. Objeto jurídico do delito de perigo de contágio de moléstia grave.....	256
5. Sujeito ativo do delito de perigo de contágio de moléstia grave.....	257
6. Sujeito passivo do delito de perigo de contágio de moléstia grave.....	257
7. Ação penal do delito de perigo de contágio de moléstia grave.....	257
8. A consumação do delito de perigo de contágio de moléstia grave.....	257

9. A tentativa de perigo de contágio de moléstia grave	257
10. Classificação doutrinária do delito de perigo de contágio de moléstia grave	258
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de perigo de contágio de moléstia grave	258
12. Casos práticos	260
13. Casos criminais superinteressantes	261

CAPÍTULO 3

Perigo para a Vida ou Saúde de Outrem (Art. 132)	263
1. Conceito de perigo para a vida ou saúde de outrem	263
2. Análise didática do tipo penal	263
3. Elemento subjetivo do delito de perigo para a vida ou saúde de outrem	266
4. Objeto jurídico do delito de perigo para a vida ou saúde de outrem	266
5. Sujeito ativo do perigo para a vida ou saúde de outrem	266
6. Sujeito passivo do perigo para a vida ou saúde de outrem	266
7. Ação penal do perigo para a vida ou saúde de outrem	267
8. A consumação do perigo para a vida ou saúde de outrem	267
9. A tentativa de perigo para a vida ou saúde de outrem	267
10. Classificação doutrinária do delito de perigo para a vida ou saúde de outrem	267
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de perigo para a vida ou saúde de outrem	268
12. Casos práticos	269
13. Casos criminais superinteressantes	270
14. Outras divergências na jurisprudência	271

CAPÍTULO 4

Abandono de Incapaz (Art. 133)	273
1. Conceito do delito de abandono de incapaz	273
2. Análise didática do tipo penal	273
3. Elemento subjetivo do delito abandono de incapaz	275
4. Objeto jurídico do delito de abandono de incapaz	275
5. Sujeito ativo do delito de abandono de incapaz	275
6. Sujeito passivo do delito de abandono de incapaz	276
7. Ação penal do delito de abandono de incapaz	277
8. A consumação do delito de abandono de incapaz	277
9. A tentativa do delito de abandono de incapaz	277
10. Classificação doutrinária do delito de abandono de incapaz	277
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de abandono de incapaz	278
12. Caso prático	279
13. Caso criminal superinteressante	279

CAPÍTULO 5

Exposição ou Abandono de Recém-nascido (Art. 134)	281
1. Conceito de exposição ou abandono de recém-nascido	281
2. Análise didática do tipo penal	281
3. Elemento subjetivo da exposição ou abandono de recém-nascido	282
4. Objeto jurídico da exposição ou abandono de recém-nascido	282
5. Sujeito ativo da exposição ou abandono de recém-nascido	282
6. Sujeito passivo da exposição ou abandono de recém-nascido	282
7. Ação penal da exposição ou abandono de recém-nascido	282
8. A consumação da exposição ou abandono de recém-nascido	283
9. A tentativa de exposição ou abandono de recém-nascido	283

10. Classificação doutrinária do delito de exposição ou abandono de recém-nascido.....	283
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de exposição ou abandono de recém-nascido.....	283
12. Casos criminais superinteressantes.....	284

CAPÍTULO 6

Da Omissão de Socorro (Art. 135).....	287
1. Conceito do delito de omissão de socorro	287
2. Análise didática do tipo penal.....	287
3. Elemento subjetivo da omissão de socorro.....	289
4. Objeto jurídico da omissão de socorro.....	289
5. Sujeito ativo da omissão de socorro.....	290
6. Sujeito passivo da omissão de socorro.....	290
7. Ação penal da omissão de socorro	291
8. A consumação da omissão de socorro.....	291
9. A tentativa da omissão de socorro.....	291
10. Classificação doutrinária do delito de omissão de socorro	291
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de omissão de socorro	291
12. Casos práticos.....	294
13. Casos criminais superinteressantes	297
14. Outras divergências na jurisprudência.....	303

CAPÍTULO 7

Condicionamento de atendimento médico-hospitalar-emergencial (Art. 135-A).....	305
1. Conceito do delito de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.....	305
2. Análise didática do tipo penal.....	305
3. Elemento subjetivo do delito de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.....	306
4. Objeto jurídico do delito de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.....	306
5. Sujeito ativo do delito de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial	306
6. Sujeito passivo do delito de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.....	306
7. Ação penal do delito de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial	306
8. A consumação do delito de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.....	306
9. A tentativa do delito de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial	307
10. Classificação doutrinária do delito de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.....	307
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.....	307

CAPÍTULO 8

Maus-tratos (Art. 136).....	309
1. Conceito do delito de maus-tratos.....	309
2. Análise didática do tipo penal.....	310
3. Elemento subjetivo do delito de maus-tratos.....	310
4. Objeto jurídico do delito de maus-tratos.....	310
5. Sujeito ativo do delito de maus-tratos	311
6. Sujeito passivo do delito de maus-tratos.....	311
7. Ação penal do delito de maus-tratos	311
8. A consumação do delito de maus-tratos.....	312
9. A tentativa do delito de maus-tratos	312
10. Classificação doutrinária do delito de maus-tratos.....	312
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de maus-tratos.....	312
12. Casos práticos.....	313
13. Casos criminais superinteressantes.....	314
14. Outras divergências na jurisprudência.....	318

PARTE 4 DA RIXA

CAPÍTULO 1

Da Rixa (Art. 137)	321
1. Conceito de rixa	321
2. Análise didática do tipo penal da rixa	322
3. Elemento subjetivo de rixa	323
4. Objeto jurídico da rixa	323
5. Sujeito ativo da rixa	323
6. Sujeito passivo da rixa	324
7. Ação penal da rixa	324
8. A consumação da rixa	324
9. A tentativa da rixa	324
10. Classificação doutrinária do delito de rixa	325
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de rixa	326
12. Casos práticos	328
13. Casos criminais superinteressantes	330

PARTE 5 DOS CRIMES CONTRA A HONRA

CAPÍTULO 1

Da Calúnia (Art. 138)	337
1. Conceito de calúnia	337
2. Análise didática do tipo penal	339
3. Elemento subjetivo da calúnia	341
4. Objeto jurídico da calúnia	343
5. Sujeito ativo da calúnia	343
6. Sujeito passivo da calúnia	344
7. Ação penal da calúnia	344
8. A consumação da calúnia	344
9. A tentativa da calúnia	344
10. Classificação doutrinária do delito de calúnia	345
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de calúnia	345
12. Casos práticos	348
13. Casos criminais superinteressantes	352

CAPÍTULO 2

Da Difamação (Art. 139)	357
1. Conceito de difamação	357
2. Análise didática do tipo penal	357
3. Elemento subjetivo da difamação	359
4. Objeto jurídico da difamação	359
5. Sujeito ativo da difamação	359
6. Sujeito passivo da difamação	359
7. Ação penal da difamação	360
8. A consumação da difamação	360
9. A tentativa de difamação	360

10. Classificação doutrinária do delito de difamação	360
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de difamação	360
12. Casos práticos	363
13. Casos criminais superinteressantes	364

CAPÍTULO 3

Da Injúria (Art. 140)	369
1. Conceito do delito de injúria	369
2. Análise didática do tipo penal	370
3. Elemento subjetivo do delito de injúria	374
4. Objeto jurídico do delito de injúria	374
5. Sujeito ativo do delito de injúria	375
6. Sujeito passivo do delito de injúria	375
7. Ação penal do delito de injúria	375
8. A consumação do delito de injúria	375
9. A tentativa do delito de injúria	376
10. Classificação doutrinária do delito de injúria	376
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de injúria	376
12. Casos práticos	379
13. Casos criminais superinteressantes	381

CAPÍTULO 4

Disposições Comuns aos Delitos de Calúnia, Injúria e Difamação (Art. 141)	389
--	-----

CAPÍTULO 5

Causas Especiais de Exclusão (Art. 142)	393
1. Casos práticos sobre as disposições gerais dos delitos de calúnia, injúria e difamação	405
2. Casos criminais superinteressantes	407
3. Outra divergência na jurisprudência	411

PARTE 6

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

CAPÍTULO 1

Constrangimento Ilegal (Art. 146)	415
1. Conceito do delito de constrangimento ilegal	415
2. Análise didática do tipo penal	415
3. Elemento subjetivo do delito de constrangimento ilegal	420
4. Objeto jurídico do delito de constrangimento ilegal	421
5. Sujeito ativo do delito de constrangimento ilegal	421
6. Sujeito passivo do delito de constrangimento ilegal	421
7. Ação penal do delito de constrangimento ilegal	421
8. A consumação do delito de constrangimento ilegal	422
9. A tentativa do delito de constrangimento ilegal	422
10. Classificação doutrinária do delito de constrangimento ilegal	422
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de constrangimento ilegal	422
12. Casos práticos	423
13. Casos criminais superinteressantes	425

CAPÍTULO 2

Ameaça (Art. 147)	431
1. Conceito do delito de ameaça.....	431
2. Análise didática do tipo penal.....	431
3. Elemento subjetivo do delito de ameaça.....	433
4. Objeto jurídico do delito de ameaça.....	433
5. Sujeito ativo do delito de ameaça.....	433
6. Sujeito passivo do delito de ameaça.....	434
7. Ação penal do delito de ameaça.....	434
8. A consumação do delito de ameaça.....	435
9. A tentativa do delito de ameaça.....	435
10. Classificação doutrinária do delito de ameaça.....	435
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de ameaça.....	436
12. Casos práticos.....	437
13. Casos criminais superinteressantes.....	439
14. Principais divergências na jurisprudência.....	441

CAPÍTULO 3

Sequestro e Cárcere Privado (Art. 148)	443
1. Conceito do delito de sequestro e cárcere privado.....	443
2. Análise didática do tipo penal.....	444
3. Elemento subjetivo do delito de sequestro e cárcere privado.....	446
4. Objeto jurídico do delito de sequestro e cárcere privado.....	447
5. Sujeito ativo do delito de sequestro e cárcere privado.....	447
6. Sujeito passivo do delito de sequestro e cárcere privado.....	447
7. Ação penal do delito de sequestro e cárcere privado.....	447
8. A consumação do delito de sequestro e cárcere privado.....	447
9. A tentativa do delito de sequestro e cárcere privado.....	448
10. Classificação doutrinária do delito de sequestro e cárcere privado.....	448
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de sequestro e cárcere privado.....	448
12. Casos práticos.....	451
13. Casos criminais superinteressantes.....	452

CAPÍTULO 4

Redução à Condição Análoga à de Escravo (Art. 149)	459
1. Conceito de redução à condição análoga à de escravo.....	459
2. Análise didática do tipo penal.....	459
3. Elemento subjetivo do delito de redução à condição análoga à de escravo.....	460
4. Objeto jurídico do delito de redução à condição análoga à de escravo.....	460
5. Sujeito ativo do delito de redução à condição análoga à de escravo.....	461
6. Sujeito passivo do delito de redução à condição análoga à de escravo.....	461
7. Ação penal do delito de redução à condição análoga à de escravo.....	461
8. A consumação do delito de redução à condição análoga à de escravo.....	461
9. A tentativa do delito de redução à condição análoga à de escravo.....	461
10. Classificação doutrinária do delito de redução à condição análoga à de escravo.....	461
11. Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de redução à condição análoga à de escravo.....	462
12. Casos práticos.....	463
13. Caso criminal superinteressante.....	463

CAPÍTULO 5

Tráfico de Pessoas (Art. 149-A)	465
1. Conceito de Tráfico de Pessoas	465
2. Análise didática do tipo penal	465
3. Elemento subjetivo do delito de Tráfico de Pessoas	466
4. Objeto jurídico do delito de Tráfico de Pessoas	466
5. Sujeito ativo do delito de Tráfico de Pessoas	466
6. Sujeito passivo do delito de Tráfico de Pessoas	466
7. Ação penal do delito de Tráfico de Pessoas	466
8. A consumação do delito de Tráfico de Pessoas	466
9. A tentativa do delito de Tráfico de Pessoas	466
10. Classificação doutrinária do delito de Tráfico de Pessoas	467

PARTE 7**DOS CRIMES CONTRA A INVOLABILIDADE DO DOMICÍLIO****CAPÍTULO 1**

Violação de domicílio (Art. 150)	471
1. Conceito do delito de violação de domicílio	471
2. Análise didática do tipo penal	471
3. Elemento subjetivo do delito de violação de domicílio	476
4. Objeto jurídico do delito de violação de domicílio	477
5. Sujeito ativo do delito de violação de domicílio	477
6. Sujeito passivo do delito de violação de domicílio	477
7. Ação penal do delito de violação de domicílio	477
8. A consumação do delito de violação de domicílio	477
9. A tentativa do delito de violação de domicílio	478
10. Classificação doutrinária do delito de violação de domicílio	479
11. Questões importantes sobre o delito de violação de domicílio	479
12. Casos práticos	481
13. Casos criminais superinteressantes	483
14. Principais divergências na jurisprudência	484

CAPÍTULO 2

Violação de correspondência (Art. 151)	487
1. Conceito do delito de violação de correspondência	487
3. Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica	490
4. Do impedimento de comunicação, instalação ou utilização de estação de aparelho radioelétrico	492
5. Questões sobre os delitos em estudo	493
6. Casos práticos	494
7. Casos criminais superinteressantes	495

CAPÍTULO 3

Delito de violação de correspondência comercial (Art. 152)	501
1. Conceito do delito de correspondência comercial	501
2. Análise didática do tipo penal	501
3. Elemento subjetivo do delito de violação de correspondência comercial	502
4. Objeto jurídico do delito de violação de correspondência comercial	502
5. Sujeito ativo do delito de violação de correspondência comercial	502

6. Sujeito passivo do delito de violação de correspondência comercial.....	502
7. Ação penal do delito de violação de correspondência comercial.....	502
8. A consumação do delito de violação de correspondência comercial.....	502
9. A tentativa de delito de violação de correspondência comercial.....	503
10. Classificação doutrinária do delito de violação de correspondência comercial.....	503

CAPÍTULO 4

Divulgação de segredo (Art. 153).....	505
1. Conceito do delito de divulgação de segredo.....	505
2. Análise didática do tipo penal.....	505
3. Elemento subjetivo do delito de divulgação de segredo.....	506
4. Objeto jurídico do delito de divulgação de segredo.....	506
5. Sujeito ativo do delito de divulgação de segredo.....	506
6. Sujeito passivo do delito de divulgação de segredo.....	506
7. Ação penal do delito de divulgação de segredo.....	507
8. A consumação do delito de divulgação de segredo.....	507
9. A tentativa do delito de divulgação de segredo.....	507
10. Classificação doutrinária do delito de divulgação de segredo.....	508
11. Questões importantes sobre o delito de divulgação de segredo.....	508
12. Casos práticos.....	508
13. Casos criminais superinteressantes.....	509

CAPÍTULO 5

Violação do segredo profissional (Art. 154).....	513
1. Conceito do delito de violação do segredo profissional.....	513
2. Análise didática do tipo penal.....	513
3. Elemento subjetivo do delito de violação do segredo profissional.....	513
4. Objeto jurídico do delito de violação do segredo profissional.....	514
5. Sujeito ativo do delito de violação do segredo profissional.....	514
6. Sujeito passivo do delito de violação do segredo profissional.....	514
7. Ação penal do delito de violação do segredo profissional.....	514
8. A consumação do delito de violação do segredo profissional.....	514
9. A tentativa do delito de violação do segredo profissional.....	514
10. Classificação doutrinária do delito de violação do segredo profissional.....	514
11. Questões importantes sobre o delito de violação do segredo profissional.....	515
12. Casos práticos.....	515
13. Casos criminais superinteressantes.....	517
1. Conceito do delito de invasão de dispositivo informático.....	518
2. Análise didática do tipo penal.....	518
3. Elemento subjetivo.....	519
4. Objeto jurídico.....	519
5. Sujeito ativo.....	519
6. Sujeito passivo.....	520
7. Forma equiparada do delito.....	520
8. Forma qualificada do delito.....	520
9. Majorantes da pena.....	520
10. Consumação e tentativa.....	520
11. Ação penal.....	521
12. Classificação doutrinária.....	521

PARTE 8

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

CAPÍTULO 1

Furto (Art. 155)	525
1. Conceito do delito de furto	525
2. Análise didática do tipo penal	538
3. Elemento subjetivo do furto	539
4. Objeto jurídico do furto	540
5. Sujeito ativo do furto	540
6. Sujeito passivo do furto	541
7. Ação penal	541
8. A consumação do furto	542
9. A tentativa de furto	543
10. Classificação doutrinária do delito de furto	544
11. Questões importantes sobre o delito de furto	544
12. Casos práticos	551
13. Casos criminais superinteressantes	556
14. Principais divergências na jurisprudência	580

CAPÍTULO 2

Furto de coisa comum (Art. 156)	587
1. Conceito do delito de furto de coisa comum	587
2. Análise didática do tipo penal	587
7. Ação penal do furto de coisa comum	589
8. A consumação do furto de coisa comum	589
9. A tentativa de furto de coisa comum	589
10. Classificação doutrinária do delito de furto de coisa comum	589
11. Questão sobre o delito de furto de coisa comum	590
12. Casos práticos	590
13. Caso criminal superinteressante	591

CAPÍTULO 3

Roubo e latrocínio (Art. 157)	593
1. Conceito dos delitos de roubo e latrocínio	593
2. Análise didática do tipo penal	597
3. Elemento subjetivo do roubo e do latrocínio	608
4. Objeto jurídico do roubo e do latrocínio	609
5. Sujeito ativo do roubo e do latrocínio	609
6. Sujeito passivo do roubo e do latrocínio	609
7. Ação penal do roubo e do latrocínio	610
8. A consumação do roubo e do latrocínio	610
9. A tentativa de roubo e do latrocínio	613
10. Classificação doutrinária do delito de roubo	615
11. Questões importantes sobre o delito de roubo	615
12. Casos práticos	623
13. Casos criminais superinteressantes	627
14. Outras divergências na jurisprudência e doutrina	645

CAPÍTULO 4

Da extorsão (Art. 158)	649
1. Conceito do delito de extorsão.....	649
2. Análise didática do tipo penal.....	649
3. Elemento subjetivo do delito de extorsão.....	651
4. Objeto jurídico do delito de extorsão.....	651
5. Sujeito ativo do delito de extorsão.....	652
6. Sujeito passivo do delito de extorsão.....	652
7. Ação penal do delito de extorsão.....	652
8. A consumação do delito de extorsão.....	652
9. A tentativa do delito de extorsão.....	653
10. Classificação doutrinária do delito de extorsão.....	653
11. Questões importantes sobre o delito de extorsão.....	654
12. Casos práticos.....	655
13. Casos criminais superinteressantes.....	656

CAPÍTULO 5

Extorsão mediante sequestro (Art. 159)	665
1. Conceito do delito de extorsão mediante sequestro.....	665
2. Análise didática do tipo penal.....	665
3. Elemento subjetivo do delito de extorsão mediante sequestro.....	668
4. Objeto jurídico do delito de extorsão mediante sequestro.....	668
5. Sujeito ativo do delito de extorsão mediante sequestro.....	668
6. Sujeito passivo do delito de extorsão mediante sequestro.....	668
7. Ação penal do delito de extorsão mediante sequestro.....	668
8. A consumação do delito de extorsão mediante sequestro.....	669
9. A tentativa do delito de extorsão mediante sequestro.....	669
10. Classificação doutrinária do delito de extorsão mediante sequestro.....	670
11. Questões sobre o delito de extorsão mediante sequestro.....	670
12. Casos práticos.....	672
13. Casos criminais superinteressantes.....	674

CAPÍTULO 6

Extorsão indireta (Art. 160)	679
1. Conceito do delito de extorsão indireta.....	679
2. Análise didática do tipo penal.....	679
3. Elemento subjetivo do delito de extorsão indireta.....	680
4. Objeto jurídico do delito de extorsão indireta.....	680
5. Sujeito ativo do delito de extorsão indireta.....	680
6. Sujeito passivo do delito de extorsão indireta.....	680
7. Ação penal do delito de extorsão indireta.....	680
8. A consumação do delito de extorsão indireta.....	681
9. A tentativa do delito de extorsão indireta.....	681
10. Classificação doutrinária do delito de extorsão indireta.....	681
11. Questões sobre o delito de extorsão indireta.....	681
12. Casos práticos.....	682
13. Casos criminais superinteressantes.....	682

CAPÍTULO 7

Da alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório (Art. 161)	685
1. Conceito do delito de alteração de limites.....	685
2. Análise didática do tipo penal.....	685

3. Elemento subjetivo delito de alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório.....	686
4. Objeto jurídico delito de alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório	686
5. Sujeito ativo delito de alteração de limites	687
6. Sujeito passivo do delito de alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório	688
7. Ação penal delito de alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório.....	688
8. A consumação do delito de alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório	688
9. A tentativa do delito de alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório.....	689
10. Classificação doutrinária delito de alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório	689
11. Questões sobre o delito de alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório	689
12. Casos práticos.....	691
13. Casos criminais superinteressantes.....	692

CAPÍTULO 8

Supressão ou alteração de marca em animais (Art. 162).....	695
1. Conceito do delito de supressão ou alteração de marca em animais.....	695
2. Análise didática do tipo penal.....	695
3. Elemento subjetivo do delito de supressão ou alteração de marca em animais.....	695
4. Objeto jurídico do delito de supressão ou alteração de marca em animais	696
5. Sujeito ativo do delito de supressão ou alteração de marca em animais.....	696
6. Sujeito passivo do delito de supressão ou alteração de marca em animais.....	697
7. Ação penal do delito de supressão ou alteração de marca em animais	697
8. A consumação do delito de supressão ou alteração de marca em animais.....	697
9. A tentativa do delito de supressão ou alteração de marca em animais.....	697
10. Classificação doutrinária do delito de supressão ou alteração de marca em animais.....	697
11. Questões importantes sobre o delito de supressão ou alteração de marca em animais	698
12. Casos práticos.....	698
13. Casos criminais superinteressantes.....	700

CAPÍTULO 9

Do Dano (Art. 163).....	701
1. Conceito do delito de dano.....	701
2. Análise didática do tipo penal.....	701
3. Elemento subjetivo do delito de dano.....	704
4. Objeto jurídico do delito de dano e objeto material do delito de dano.....	705
5. Sujeito ativo do delito de dano	705
6. Sujeito passivo do delito de dano.....	707
7. Ação penal do delito de dano.....	707
8. A consumação do delito de dano.....	707
9. A tentativa do delito de dano	707
10. Classificação doutrinária do delito de dano.....	708
11. Questões importantes sobre o delito de dano.....	708
12. Casos práticos.....	710
13. Casos criminais superinteressante.....	711

CAPÍTULO 10

Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia (Art. 164).....	715
1. Conceito do delito de introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....	715
2. Análise didática do tipo penal.....	715
3. Elemento subjetivo do delito de introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....	716
4. Objeto jurídico do delito de introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....	716
5. Sujeito ativo do delito de introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	717
6. Sujeito passivo do delito de introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....	717

7. Ação penal do delito de introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	717
8. A consumação do delito de introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	717
9. A tentativa do delito de introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	718
10. Classificação doutrinária do delito de introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	718
11. Questões sobre o delito de introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	719
12. Casos práticos	719
13. Casos criminais superinteressantes	719

CAPÍTULO 11

Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico (Art. 165)	721
1. Conceito do delito de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	721
2. Análise didática do tipo penal	722
3. Elemento subjetivo do delito de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	722
4. Objeto jurídico do delito de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	723
5. Sujeito ativo do delito de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	723
6. Sujeito passivo do delito de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	723
7. Ação penal do delito de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	723
8. A consumação do delito de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	723
9. A tentativa do delito de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	723
10. Classificação doutrinária do delito de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	723
11. Questões importantes sobre o delito de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	724
12. Casos práticos	724
13. Caso criminal superinteressante	725

CAPÍTULO 12

Alteração de local especialmente protegido (Art. 166)	727
1. Conceito do delito de alteração de local especialmente protegido	727
2. Análise didática do tipo penal	727
3. Elemento subjetivo do delito de alteração de local especialmente protegido	727
4. Objeto jurídico do delito de alteração de local especialmente protegido	727
5. Sujeito ativo do delito de alteração de local especialmente protegido	728
6. Sujeito passivo do delito de alteração de local especialmente protegido	728
7. Ação penal do delito de alteração de local especialmente protegido	728
8. A consumação do delito de alteração de local especialmente protegido	728
9. A tentativa do delito de alteração de local especialmente protegido	728
10. Classificação doutrinária do delito de alteração de local especialmente protegido	728
11. Casos práticos	729

CAPÍTULO 13

Apropriação indébita (Art. 171)	731
1. Conceito do delito de apropriação indébita	731
2. Análise didática do tipo	731
3. Elemento subjetivo do delito de apropriação indébita	739
4. Objeto jurídico do delito de apropriação indébita	740
5. Sujeito ativo do delito de apropriação indébita	741
6. Sujeito passivo do delito de apropriação indébita	741
7. Ação penal do delito de apropriação indébita	742
8. A consumação do delito de apropriação indébita	742
9. A tentativa do delito de apropriação indébita	743
10. Classificação doutrinária do delito de apropriação indébita	743

11. Questões importantes sobre o delito de apropriação indébita	743
12. Casos	748
13. Casos criminais superinteressantes	750

CAPÍTULO 14

Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza (Art. 169)	757
1. Conceito do delito de apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	757
2. Análise didática do tipo penal	758
3. Elemento subjetivo do delito de apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	762
4. Objeto jurídico do delito de apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	762
5. Sujeito ativo do delito de apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	763
7. Ação penal do delito de apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	763
6. Sujeito passivo do delito de apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	763
8. A consumação do delito de apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	763
9. A tentativa do delito de apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	764
10. Classificação doutrinária do delito de apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	765
11. Questões importantes sobre o delito de apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza ..	765
12. Casos	767
13. Casos criminais superinteressantes	769

CAPÍTULO 15

Estelionato (Art. 171)	771
1. Conceito do delito de estelionato	771
2. Análise didática do tipo	771
3. Elemento subjetivo das várias modalidades de estelionato	781
4. Objeto jurídico das várias modalidades de estelionato	783
5. Sujeito ativo das várias modalidades de estelionato	783
6. Sujeito passivo das várias modalidades de estelionato	783
7. Ação penal das várias modalidades de estelionato	785
8. A consumação das várias modalidades de estelionato	786
9. A tentativa das várias modalidades de estelionato	788
10. Classificação doutrinária	788
11. Questões importantes sobre as várias modalidades de estelionato	790
12. Casos práticos	794
13. Casos criminais superinteressantes	800
14. Casuística	825

CAPÍTULO 16

Duplicata simulada (Art.)	831
1. Conceito do delito de duplicata simulada	831
2. Análise didática do tipo penal	831
3. Elemento subjetivo do delito de duplicata simulada	833
4. Objeto jurídico do delito de duplicata simulada	834
5. Sujeito ativo do delito de duplicata simulada	834
6. Sujeito passivo do delito de duplicata simulada	834
7. Ação penal do delito de duplicata simulada	834
8. A consumação do delito de duplicata simulada	834
9. A tentativa do delito de duplicata simulada	835

10. Classificação doutrinária do delito de duplicata simulada.....	836
11. Questões importantes sobre o delito de duplicata simulada	836
12. Casos práticos.....	837
13. Casos criminais superinteressantes.....	838

CAPÍTULO 17

Abuso de incapazes (Art. 173).....	841
1. Conceito do delito de abuso de incapazes.....	841
2. Análise didática do tipo penal.....	841
3. Elemento subjetivo do delito de abuso de incapazes.....	842
4. Objeto jurídico do delito de abuso de incapazes.....	842
5. Sujeito ativo do delito de abuso de incapazes.....	842
6. Sujeito passivo do delito de abuso de incapazes.....	842
7. Ação penal do delito de abuso de incapazes.....	843
8. A consumação do delito de abuso de incapazes.....	843
9. A tentativa do delito de abuso de incapazes.....	843
10. Classificação doutrinária do delito de abuso de incapazes.....	843
11. Questões importantes sobre o delito de abuso de incapazes.....	843
12. Casos práticos.....	844
13. Casos criminais superinteressantes.....	845

CAPÍTULO 18

Induzimento à especulação (Art. 174).....	849
1. Conceito do delito de induzimento à especulação.....	849
2. Análise didática do tipo penal.....	849
3. Elemento subjetivo do induzimento à especulação.....	849
4. Objeto jurídico do delito de induzimento à especulação.....	850
5. Sujeito ativo do delito de induzimento à especulação.....	850
6. Sujeito passivo do delito de induzimento à especulação.....	850
7. Ação penal do delito de induzimento à especulação.....	851
8. A consumação do delito de induzimento à especulação.....	851
9. A tentativa no delito de induzimento à especulação.....	851
10. Classificação doutrinária do delito de induzimento à especulação.....	851
11. Questões importantes sobre o delito de induzimento à especulação.....	851
12. Caso prático.....	852
13. Caso criminal superinteressante.....	852

CAPÍTULO 19

Fraude no comércio (Art. 175).....	855
1. Conceito do delito de fraude no comércio.....	855
2. Análise didática do tipo penal.....	855
3. Elemento subjetivo do delito de fraude no comércio.....	857
4. Objeto jurídico do delito de fraude no comércio.....	857
5. Sujeito ativo do delito de fraude no comércio.....	858
6. Sujeito passivo do delito de fraude no comércio.....	858
7. Ação penal do delito de fraude no comércio.....	858
8. A consumação do delito de fraude no comércio.....	858
9. A tentativa no delito de fraude no comércio.....	859

10. Classificação doutrinária do delito de fraude no comércio	859
11. Questões importantes sobre o delito de fraude no comércio	859
12. Casos práticos.....	859
13. Casos criminais superinteressantes.....	860

CAPÍTULO 20

Outras fraudes (Art. 176)	863
1. Conceito do delito de outras fraudes.....	863
2. Análise didática do tipo penal.....	863
3. Elemento subjetivo do delito de outras fraudes.....	864
4. Objeto jurídico do delito de outras fraudes.....	865
5. Sujeito ativo do delito de outras fraudes	865
6. Sujeito passivo do delito de outras fraudes.....	865
7. Ação penal do delito de outras fraudes.....	865
8. A consumação do delito de outras fraudes.....	865
9. Há tentativa no delito de outras fraudes?.....	866
10. Classificação doutrinária	866
11. Questões importantes sobre o delito de outras fraudes.....	866
12. Casos práticos.....	866
13. Casos criminais superinteressantes.....	868

CAPÍTULO 21

Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações (Art. 177)	871
1. Conceito de fraude na fundação da sociedade por ações	871
2. Análise didática do tipo penal.....	871
3. Elemento subjetivo	873
4. Objetos jurídicos dos delitos.....	875
5. Sujeito ativo	876
6. Sujeito passivo dos delitos	876
7. Ação penal.....	877
8. A consumação	878
9. A tentativa.....	878
10. Classificação doutrinária	879
11. Questões importantes sobre os delitos	880
12. Caso criminal superinteressante	880

CAPÍTULO 22

Emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant (Art. 178)	881
1. Conceito do delito de emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant	881
2. Análise didática do tipo penal	881
3. Elemento subjetivo do delito de emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant.....	881
4. Objeto jurídico do delito de emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant	881
5. Sujeito ativo do delito de emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant.....	882
6. Sujeito passivo do delito de emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant	882
7. Ação penal do delito de emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant.....	882
8. A consumação do delito de emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant.....	882
9. A tentativa do delito de emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant.....	882
10. Classificação doutrinária do delito de emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant	883
11. Questões sobre o delito de emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant	883
12. Caso prático	883

CAPÍTULO 23

Fraude à execução (Art. 179)	885
1. Conceito do delito de fraude à execução	885
2. Análise didática do tipo penal	885
3. Elemento subjetivo do delito de fraude à execução	885
4. Objeto jurídico do delito de fraude à execução	886
5. Sujeito ativo do delito de fraude à execução	886
6. Sujeito passivo do delito de fraude à execução	886
7. Ação penal do delito de fraude à execução	886
8. A consumação do delito de fraude à execução	887
9. A tentativa no delito de fraude à execução	887
10. Classificação doutrinária do delito de fraude à execução	887
11. Questões importantes sobre o delito de fraude à execução	887
12. Casos práticos	888
13. Casos criminais superinteressantes	889

CAPÍTULO 24

Da receptação (Previsão legal: Art. 180)	891
1. Conceito do delito de receptação simples	891
2. Análise didática do tipo penal	891
3. Elemento subjetivo da receptação	893
4. Objeto jurídico da receptação	893
5. Sujeito ativo da receptação	893
6. Sujeito passivo da receptação	894
7. Ação penal da receptação	894
8. A consumação da receptação	894
9. A tentativa na receptação	894
10. Classificação doutrinária da receptação	895
11. Questões importantes sobre a receptação	895
12. Casos práticos	899
13. Casos criminais superinteressantes	901
14. Principais divergências na jurisprudência	907

CAPÍTULO 25

Disposições gerais sobre os delitos estudados (Previsão legal: Arts. 181 a 183)	911
1. Da imunidade penal absoluta	911
2. Da imunidade penal relativa	912
3. Classificação doutrinária	913
4. Questões importantes sobre as imunidades penais: absoluta e relativa	914
5. Casos práticos	916
6. Casos criminais superinteressantes	917

REFERÊNCIAS

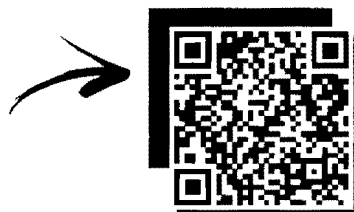
923

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

927

ATUALIZAÇÃO ON-LINE
até 31/12/2021

Escaneie o código com seu smartphone ou acesse:
<https://diariodireito.com.br/#/qrcodeshow/11>



FRANCISCO DIRCEU BARROS

Procurador-Geral de Justiça

TRATADO
DOCTRINÁRIO DE
**DIREITO
PENAL**



2ª EDIÇÃO
Revista, Atualizada e Ampliada

VOLUME 3

Tratado Doutrinário de Direito Penal - Volume 3 - 2ª edição

© Francisco Dirceu Barros

EDITORA MIZUNO 2021

Revisão: José Silva Sobrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B277t	<p>Barros, Francisco Dirceu</p> <p>Tratado doutrinário de direito penal / Francisco Dirceu Barros. –2.ed. – Leme, SP: JH Mizuno, 2021.</p> <p>1078 p. : 17 x 24 cm – (Tratado Doutrinário de Direito Penal; v. 3)</p> <p>Inclui bibliografia. Índice alfabético remissivo.</p> <p>ISBN 978-65-9903-412-1 (volume 3) ISBN 978-65-9903-410-7 (coleção)</p> <p>1. Processo penal – Prática forense – Brasil. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 345.8105</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

PARTE 9

DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

CAPÍTULO 1

Da Violação de Direito Autoral (Art. 184)	75
1. Conceito do Delito de Violação dos Direitos Autorais	75
2. Análise Didática do Tipo Penal Violação dos Direitos Autorais	78
3. Elemento Subjetivo do Delito de Violação dos Direitos Autorais.....	79
4. Objeto Jurídico do Delito de Violação dos Direitos Autorais	80
5. Sujeito Ativo do Delito de Violação dos Direitos Autorais.....	80
6. Sujeito Passivo do Delito de Violação dos Direitos Autorais	80
7. Ação Penal do Delito de Violação dos Direitos Autorais	80
8. A Consumação do Delito de Violação dos Direitos Autorais	81
9. A Tentativa do Delito de Violação dos Direitos Autorais	81
10. Classificação Doutrinária do Delito de Violação dos Direitos Autorais	81
11. Questões Importantes sobre o Delito de Violação dos Direitos Autorais.....	82
12. Casos Práticos	84
13. Casos Criminais Superinteressantes	84
14. Exemplos na Jurisprudência	85

PARTE 10

DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

CAPÍTULO 1

Atentado contra a Liberdade de Trabalho (Art. 197 do Código Penal)	89
1. Conceito do delito de atentado contra a liberdade de trabalho	89
2. Análise didática do tipo penal	89
3. Elemento subjetivo do delito de atentado contra a liberdade de trabalho.....	90
4. Objeto jurídico do delito de atentado contra a liberdade de trabalho	90
5. Sujeito ativo do delito de atentado contra a liberdade de trabalho.....	90
6. Sujeito passivo do delito de atentado contra a liberdade de trabalho	90
7. Ação penal do delito de atentado contra a liberdade de trabalho	90
8. A consumação do delito de atentado contra a liberdade de trabalho.....	91
9. A tentativa do delito de atentado contra a liberdade de trabalho.....	91

10. Classificação doutrinária do delito de atentado contra a liberdade de trabalho	91
11. Questões importantes sobre o delito de atentado contra a liberdade de trabalho	91
12. Casos práticos	92
13. Caso criminal superinteressante	92

CAPÍTULO 2

Atentado contra a Liberdade de Contrato de Trabalho e Boicotagem Violenta (Art. 198 do Código Penal)	93
1. Conceito	93
2. Análise didática do tipo penal	93
3. Elemento subjetivo do delito de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta...	93
4. Objeto jurídico do delito de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta	94
5. Sujeito ativo do delito de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.....	94
6. Sujeito passivo do delito de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta	94
7. Ação penal do delito de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta	94
8. A consumação do delito de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.....	94
9. A tentativa do delito de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.....	94
10. Classificação doutrinária do delito de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta	94
11. Casos práticos	95
12. Casos criminais superinteressantes.....	95

CAPÍTULO 3

Atentado contra a Liberdade de Associação (Art. 199 do Código Penal)	97
1. Conceito	97
2. Análise didática do tipo penal	97
3. Elemento subjetivo do delito de atentado contra a liberdade de associação	97
4. Objeto jurídico do delito de atentado contra a liberdade de associação	97
5. Sujeito ativo do delito de atentado contra a liberdade de associação.....	97
6. Sujeito passivo do delito de atentado contra a liberdade de associação	97
7. Ação penal do delito de atentado contra a liberdade de associação	98
8. A consumação do delito de atentado contra a liberdade de associação.....	98
9. A tentativa do delito de atentado contra a liberdade de associação.....	98
10. Classificação doutrinária do delito de atentado contra a liberdade de associação	98
11. Casos práticos	98
12. Caso criminal superinteressante	98

CAPÍTULO 4

Paralisação de Trabalho, Seguida de Violência ou Perturbação da Ordem (Art. 200 do Código Penal)	99
1. Conceito	99
2. Análise didática do tipo penal	99
3. Elemento subjetivo do delito de paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	99
4. Objeto jurídico do delito de paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	99
5. Sujeito ativo do delito de paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	100
6. Sujeito passivo do delito de paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	100
7. Ação penal do delito de paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem.....	100
8. A consumação do delito de paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	100
9. A tentativa do delito de paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem.....	100

10. Classificação doutrinária do delito de paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	100
11. Casos práticos	100
12. Casos criminais superinteressantes.....	101

CAPÍTULO 5

Paralisação de Trabalho de Interesse Coletivo (Art. 201 do Código Penal)	103
1. Conceito	103

CAPÍTULO 6

Invasão de Estabelecimento Industrial, Comercial ou Agrícola e Sabotagem (Art. 202 do Código Penal) ..	105
1. Conceito	105
2. Análise didática do tipo penal	105
3. Elemento subjetivo do delito de invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola e sabotagem...	105
4. Objeto jurídico do delito de invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola e sabotagem.....	106
5. Sujeito ativo do delito de invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola e sabotagem	106
6. Sujeito passivo do delito de invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola e sabotagem.....	106
7. Ação penal do delito de invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola e sabotagem	106
8. A consumação do delito de invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola e sabotagem.....	106
9. A tentativa do delito de invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola e sabotagem	106
10. Classificação doutrinária do delito de invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola e sabotagem ..	106
11. Casos práticos	107
12. Casos criminais superinteressantes.....	107

CAPÍTULO 7

Frustração de Direito Assegurado por Lei Trabalhista (Art. 203 do Código Penal)	109
1. Conceito da forma simples	109
2. Análise didática do tipo penal	109
3. Elemento subjetivo do delito de frustração de direito assegurado por lei trabalhista.....	110
4. Objeto jurídico do delito de frustração de direito assegurado por lei trabalhista.....	110
5. Sujeito ativo do delito de frustração de direito assegurado por lei trabalhista	110
6. Sujeito passivo do delito de frustração de direito assegurado por lei trabalhista.....	110
7. Ação penal do delito de frustração de direito assegurado por lei trabalhista	110
8. A consumação do delito de frustração de direito assegurado por lei trabalhista.....	111
9. A tentativa do delito de frustração de direito assegurado por lei trabalhista	111
10. Classificação doutrinária do delito de frustração de direito assegurado por lei trabalhista.....	111
11. Casos práticos	111
12. Casos criminais superinteressantes.....	112

CAPÍTULO 8

Frustração de Lei sobre a Nacionalização do Trabalho (Art. 204 do Código Penal)	113
1. Conceito	113
2. Análise didática do tipo penal	113
3. Elemento subjetivo do delito de frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho	113
4. Objeto jurídico do delito de frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho	114
5. Sujeito ativo do delito de frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho	114
6. Sujeito passivo do delito de frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho	114
7. Ação penal do delito de frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.....	114

8. A consumação do delito de frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho	114
9. A tentativa do delito de frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho	114
10. Classificação doutrinária do delito de frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho	114
11. Caso prático.....	114
12. Caso criminal superinteressante	114

CAPÍTULO 9

Exercício de Atividade com Infração de Decisão Administrativa (Art. 205 do Código Penal).....	115
1. Conceito	115
2. Análise didática do tipo penal	115
3. Elemento subjetivo do delito de exercício de atividade com infração de decisão administrativa.....	115
4. Objeto jurídico do delito de exercício de atividade com infração de decisão administrativa.....	115
5. Sujeito ativo do delito de exercício de atividade com infração de decisão administrativa	115
6. Sujeito passivo do delito de exercício de atividade com infração de decisão administrativa.....	115
7. Ação penal do delito de exercício de atividade com infração de decisão administrativa	116
8. A consumação do delito de exercício de atividade com infração de decisão administrativa.....	116
9. A tentativa do delito de exercício de atividade com infração de decisão administrativa	116
10. Classificação doutrinária do delito de exercício de atividade com infração de decisão administrativa.....	116
11. Casos práticos	116
12. Casos criminais superinteressantes.....	116

CAPÍTULO 10

Aliciamento Para o Fim de Emigração (Art. 206 do Código Penal).....	119
1. Conceito	119
2. Análise didática do tipo penal	119
3. Elemento subjetivo do delito de aliciamento para o fim de emigração.....	119
4. Objeto jurídico do delito de aliciamento para o fim de emigração.....	119
5. Sujeito ativo do delito de aliciamento para o fim de emigração	119
6. Sujeito passivo do delito de aliciamento para o fim de emigração.....	120
7. Ação penal do delito de aliciamento para o fim de emigração	120
8. A consumação do delito de aliciamento para o fim de emigração.....	120
9. A tentativa do delito de aliciamento para o fim de emigração	120
10. Classificação doutrinária do delito de aliciamento para o fim de emigração.....	120
11. Caso prático.....	120
12. Caso criminal superinteressante	120

CAPÍTULO 11

Aliciamento de Trabalhadores de um Local para Outro do Território Nacional (Art. 207 do Código Penal).....	121
1. Conceito	121
2. Análise didática do tipo penal	121
3. Elemento subjetivo do delito de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.....	121
4. Objeto jurídico do delito de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional	122
5. Sujeito ativo do delito de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.....	122
6. Sujeito passivo do delito de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional	122
7. Ação penal do delito de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.....	122
8. A consumação do delito de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.....	122
9. A tentativa do delito de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.....	122

10. Classificação doutrinária do delito de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional	122
11. Casos práticos	123
12. Casos criminais superinteressantes	123

PARTE 11

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

CAPÍTULO 1

Ultraje a Culto e Impedimento ou Perturbação de Ato a Ele Relativo (Art. 208)	127
1. Conceito dos Delitos de Ultraje, Impedimento e Perturbação a Culto	127
2. Análise Didática dos Tipos Penais.....	127
3. Elemento Subjetivo dos Delitos de Ultraje, Impedimento e Perturbação a Culto.....	128
4. Objetos Jurídicos dos Delitos de Ultraje, Impedimento e Perturbação a Culto.....	128
5. Sujeitos Ativos dos Delitos de Ultraje, Impedimento e Perturbação a Culto	128
6. Sujeitos Passivos dos Delitos de Ultraje, Impedimento e Perturbação a Culto	128
7. Ação Penal dos Delitos de Ultraje, Impedimento e Perturbação a Culto	129
8. A Consumação dos Delitos de Ultraje, Impedimento e Perturbação a Culto	129
9. A Tentativa dos Delitos de Ultraje, Impedimento e Perturbação a Culto	129
10. Classificação Doutrinária.....	129
11. Questões Importantes sobre os Delitos de Ultraje, Impedimento e Perturbação a Culto	129
12. Caso Prático	130
13. Casos Criminais	130

CAPÍTULO 2

Impedimento ou Perturbação de Cerimônia Funerária (Art. 209).....	131
1. Conceito do Delito de Impedimento ou Perturbação de Cerimônia Funerária	131
2. Análise Didática do Tipo Penal	131
3. Elemento Subjetivo do Delito de Impedimento ou Perturbação de Cerimônia Funerária	132
4. Objeto Jurídico do Delito de Impedimento ou Perturbação de Cerimônia Funerária	132
5. Sujeito Ativo do Delito de Impedimento ou Perturbação de Cerimônia Funerária	132
6. Sujeito Passivo do Delito de Impedimento ou Perturbação de Cerimônia Funerária.....	132
7. Ação Penal do Delito de Impedimento ou Perturbação de Cerimônia Funerária	132
8. A Consumação do Delito de Impedimento ou Perturbação de Cerimônia Funerária	133
9. A Tentativa do Delito de Impedimento ou Perturbação de Cerimônia Funerária	133
10. Classificação Doutrinária do Delito de Impedimento ou Perturbação de Cerimônia Funerária	133
11. Questões Importantes sobre o Delito de Impedimento ou Perturbação de Cerimônia Funerária	133
12. Caso prático	133

CAPÍTULO 3

Violação de Sepultura (Art. 210)	135
1. Conceito do Delito de Violação de Sepultura	135
2. Análise Didática do Tipo Penal	135
3. Elemento Subjetivo do Delito de Violação de Sepultura	135
4. Objeto Jurídico do Delito de Violação de Sepultura	136
5. Sujeito Ativo do Delito de Violação de Sepultura	136
6. Sujeito Passivo do Delito de Violação de Sepultura.....	136
7. Ação Penal do Delito de Violação de Sepultura	136

8. A Consumação do Delito de Violação de Sepultura	136
9. A Tentativa do Delito de Violação de Sepultura	136
10. Classificação Doutrinária do Delito de Violação de Sepultura	136
11. Questões Importantes sobre o Delito de Violação de Sepultura	137
12. Casos Práticos	138
13. Casos Criminais superinteressantes	138

CAPÍTULO 4

Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver (Art. 211)	141
1. Conceito do Delito de Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver	141
2. Análise Didática do Tipo Penal	141
3. Elemento Subjetivo do Delito de Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver	142
4. Objeto Jurídico do Delito de Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver	142
5. Sujeito Ativo do Delito de Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver	142
6. Sujeito Passivo do Delito de Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver	143
7. Ação Penal do Delito de Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver	143
8. A Consumação do Delito de Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver	143
9. A Tentativa do Delito de Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver	143
10. Classificação Doutrinária	143
11. Questões Importantes sobre o Delito de Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver	143
12. Casos Práticos	144
13. Casos Criminais	145

CAPÍTULO 5

Vilipêndio a Cadáver (Art. 212)	147
1. Conceito do Delito de Vilipêndio a Cadáver	147
2. Análise Didática do Tipo Penal	147
3. Elemento Subjetivo do Delito de Vilipêndio a Cadáver	148
4. Objeto Jurídico do Delito de Vilipêndio a Cadáver	148
5. Sujeito Ativo do Delito de Vilipêndio a Cadáver	148
6. Sujeito Passivo do Delito de Vilipêndio a Cadáver	148
7. Ação Penal do Delito de Vilipêndio a Cadáver	148
8. Consumação do Delito de Vilipêndio a Cadáver	148
9. A Tentativa do Delito de Vilipêndio a Cadáver	148
10. Classificação Doutrinária do Delito de Vilipêndio a Cadáver	148
11. Questões Importantes sobre o Delito de Vilipêndio a Cadáver	149
12. Casos Práticos	149
13. Casos Criminais	149

PARTE 12

DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

CAPÍTULO 1

Estupro (Art. 213)	153
1. Conceito do delito de estupro	153
2. Análise didática do tipo penal	154
3. Elemento subjetivo do delito de estupro	159

4. Objeto jurídico do delito de estupro.....	159
5. Sujeito ativo do delito de estupro.....	159
6. Sujeito passivo do delito de estupro.....	161
7. Ação penal do delito de estupro.....	161
8. A consumação do delito de estupro.....	162
9. A tentativa do delito de estupro.....	165
10. Classificação doutrinária do delito de estupro.....	166
11. Questões importantes sobre o delito de estupro.....	166
13. Casos práticos.....	168
13. Casos Criminais superinteressantes.....	172
14. Principais Divergências na Jurisprudência.....	182

CAPÍTULO 2

Violação Sexual mediante fraude (Art. 215 do Código Penal)	185
1. Conceito do delito de violação sexual mediante fraude.....	185
2. Análise didática do tipo penal.....	185
3. Elemento subjetivo do delito de violação sexual mediante fraude.....	187
4. Objeto jurídico do delito de violação sexual mediante fraude.....	187
5. Sujeito ativo do delito de violação sexual mediante fraude.....	187
6. Sujeito passivo do delito de violação sexual mediante fraude.....	187
7. Ação penal do delito de violação sexual mediante fraude.....	187
8. A consumação do delito de violação sexual mediante fraude.....	187
9. A tentativa do delito de violação sexual mediante fraude.....	187
10. Classificação doutrinária.....	188
11. Questões importantes sobre o delito de violação sexual mediante fraude.....	188
12. Casos práticos.....	188
13. Casos criminais superinteressantes.....	189

CAPÍTULO 3

Importunação sexual (Art. 215-A do Código Penal)	193
1. Conceito do delito de importunação sexual.....	193
2. Análise didática do tipo penal.....	194
3. Elemento subjetivo do delito de importunação sexual.....	194
4. Objeto jurídico do delito de importunação sexual.....	194
5. Sujeito ativo do delito de importunação sexual.....	195
6. Sujeito passivo do delito de importunação sexual.....	195
7. Ação penal do delito de importunação sexual.....	195
8. A consumação do delito de importunação sexual.....	195
9. A tentativa do delito de importunação sexual.....	196
10. Classificação doutrinária do delito de importunação sexual.....	196

CAPÍTULO 4

Assédio Sexual (Art. 216-A do Código Penal)	197
1. Conceito do delito de assédio sexual.....	197
2. Análise didática do tipo penal.....	197
3. Elemento subjetivo do delito de assédio sexual.....	198
4. Objeto jurídico do delito de assédio sexual.....	198
5. Sujeito ativo do delito de assédio sexual.....	199

6. Sujeito passivo do delito de assédio sexual	199
7. Ação penal do delito de assédio sexual	199
8. A consumação do delito de assédio sexual.....	200
9. A tentativa do delito de assédio sexual.....	200
10. Classificação doutrinária do delito de assédio sexual.....	201
11. Questões importantes sobre o delito de assédio sexual	201
12. Casos práticos.....	202
13. Casos criminais superinteressantes.....	203

CAPÍTULO 5

Registro não autorizado da intimidade sexual (Art. 216-B do CP)	211
1. Conceito do crime de registro não autorizado da intimidade sexual.....	211
2. Forma equiparada: artigo 216-B, parágrafo único.....	212
3. Elemento subjetivo do delito de registro não autorizado da intimidade sexual.....	212
4. Objeto jurídico do delito de registro não autorizado da intimidade sexual.....	212
5. Sujeito ativo do delito de registro não autorizado da intimidade sexual.....	212
6. Sujeito passivo do delito de registro não autorizado da intimidade sexual.....	212
7. Ação penal do delito de registro não autorizado da intimidade sexual.....	212
8. A consumação do delito de registro não autorizado da intimidade sexual.....	213
9. A tentativa do delito de registro não autorizado da intimidade sexual.....	213
10. Classificação doutrinária do delito de registro não autorizado da intimidade sexual.....	213

CAPÍTULO 6

Estupro de Vulnerável (Art. 217-A do CP)	215
1. Conceito do delito de estupro de vulnerável	215
2. Análise didática do tipo penal.....	215
3. Elemento subjetivo do delito de estupro de vulnerável	216
4. Objeto jurídico do delito de estupro de vulnerável	216
5. Sujeito ativo do delito de estupro de vulnerável.....	216
6. Sujeito passivo do delito de estupro de vulnerável	216
7. O consentimento da vítima ou sua experiência sexual anterior excluem o tipo penal?.....	216
8. Ação penal do delito de estupro de vulnerável.....	217
9. A consumação do delito de estupro de vulnerável	217
10. A tentativa do delito de estupro de vulnerável.....	217
11. Classificação doutrinária do delito de estupro de vulnerável.....	217
12. Questões importantes sobre o delito de estupro de vulnerável	218
13. Casos práticos.....	218
14. Casos criminais superinteressantes.....	219

CAPÍTULO 7

Corrupção de Menores (Art. 218 do Código Penal)	225
1. Conceito do delito de corrupção de menores.....	225
2. Análise didática do tipo penal.....	225
3. Elemento Subjetivo do Delito de corrupção de menores	226
4. Objeto Jurídico do Delito de corrupção de menores	226
5. Sujeito Ativo do Delito de corrupção de menores.....	226
6. Sujeito Passivo do Delito de corrupção de menores.....	226
7. Ação Penal do Delito de corrupção de menores	226

8. A Consumação do delito de corrupção de menores.....	227
9. A Tentativa do delito de corrupção de menores.....	227
10. Classificação doutrinária do delito de corrupção de menores.....	227
11. Questões Importantes sobre o Delito de corrupção de menores.....	227
12. Casos criminais superinteressantes.....	227

CAPÍTULO 8

Satisfação da lascívia mediante presença de criança ou adolescente (Art. 218-A do Código Penal).....	229
1. Conceito do delito de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.....	229
2. Análise didática do tipo penal.....	229
3. Elemento subjetivo do delito de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.....	230
4. Objeto Jurídico do Delito de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.....	230
5. Sujeito ativo do delito de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.....	230
6. Sujeito passivo do delito de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.....	230
7. Ação penal do delito de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.....	230
8. A consumação do delito de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.....	231
9. A tentativa do delito de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.....	231
10. Classificação doutrinária do delito de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.....	231
11. Casos criminais superinteressantes.....	231

CAPÍTULO 9

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável (Art. 218-B do Código Penal).....	233
1. Conceito do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.....	233
2. Análise didática do tipo penal.....	234
3. Elemento subjetivo do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.....	234
4. Objeto jurídico do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.....	234
5. Sujeito Ativo do Delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.....	234
6. Sujeito passivo do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.....	234
7. Ação penal do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.....	235
8. A consumação do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.....	235
9. A tentativa do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.....	235
10. Classificação doutrinária do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.....	235

CAPÍTULO 10

Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia (Art. 218-C).....	237
1. Conceito do delito de divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia (Revenge Porn).....	237
2. Análise didática do tipo penal.....	237
3. Elemento subjetivo do delito de divulgação de cena de estupro.....	238
4. Objeto jurídico do delito de divulgação de cena de estupro.....	238
5. Sujeito ativo do delito de divulgação de cena de estupro.....	238
6. Sujeito passivo do delito de divulgação de cena de estupro.....	238
7. Ação penal do delito de divulgação de cena de estupro.....	238
8. Da exclusão do crime.....	238
9. A consumação do delito de divulgação de cena de estupro.....	238
10. A tentativa do delito de divulgação de cena de estupro.....	239
11. Classificação doutrinária do delito de divulgação de cena de estupro.....	239

CAPÍTULO 11

Das Disposições Gerais dos Crimes contra a Liberdade Sexual (Art. 225 e 226)	241
1. A ação penal dos crimes contra a liberdade sexual	241

PARTE 13**DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL (ARTIGOS 227 A 232)****CAPÍTULO 1**

Mediação para Servir à Lascívia de Outrem (Art. 227 do Código Penal)	247
1. Conceito de mediação para servir à lascívia de outrem.....	247
2. Análise didática do tipo penal de mediação para servir a lascívia de outrem	248
3. Elemento subjetivo do delito de mediação para servir a lascívia de outrem.....	249
4. Objeto jurídico do delito de mediação para servir a lascívia de outrem	249
5. Sujeito ativo do delito de mediação para servir a lascívia de outrem.....	249
6. Sujeito passivo do delito de mediação para servir a lascívia de outrem.....	250
7. Ação penal do delito de mediação para servir a lascívia de outrem	250
8. A consumação do delito de mediação para servir a lascívia de outrem.....	250
9. A tentativa do delito de mediação para servir a lascívia de outrem.....	250
10. Classificação doutrinária do delito de mediação para servir a lascívia de outrem	251
11. Questões importantes sobre o delito de mediação para servir a lascívia de outrem	251
12. Casos práticos.....	252
13. Casos criminais superinteressantes.....	252

CAPÍTULO 2

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (Art. 228 do Código Penal)	255
1. Conceito do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	255
2. Análise didática do tipo penal de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	255
3. Elemento subjetivo do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	257
4. Objeto jurídico do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	257
5. Sujeito ativo do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	257
6. Sujeito passivo do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	258
7. Ação penal do delito de favorecimento à prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	258
8. A consumação do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	258
9. A tentativa do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	259
10. Classificação doutrinária do delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual ...	259
11. Questões importantes sobre o delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	259
12. Casos práticos.....	260
13. Casos criminais superinteressantes.....	261

CAPÍTULO 3

Casa de Prostituição (Art. 229 do Código Penal)	263
1. Conceito do delito de manutenção de estabelecimento em que ocorra exploração sexual.....	263
2. Análise didática do tipo penal do delito de manutenção de estabelecimento em que ocorra exploração sexual.....	263
3. Elemento subjetivo do delito de manutenção de estabelecimento no qual ocorra exploração sexual.....	264
4. Objeto jurídico do delito de manutenção de estabelecimento em que ocorra exploração sexual.....	264
5. Sujeito ativo do delito de manutenção de estabelecimento em que ocorra exploração sexual	265

6. Sujeito passivo do delito de manutenção de estabelecimento em que ocorra exploração sexual.....	265
7. Ação penal do delito de manutenção de estabelecimento no qual ocorra exploração sexual	265
8. A consumação do delito de manutenção de estabelecimento em que ocorra exploração sexual	265
9. A tentativa do delito de manutenção de estabelecimento no qual ocorra exploração sexual	266
10. Classificação doutrinária do delito de manutenção de estabelecimento em que ocorra exploração sexual....	266
11. Questões importantes sobre o delito de manutenção de estabelecimento no qual ocorra exploração sexual	266
12. Caso prático	268
13. Caso criminal superinteressante	268

CAPÍTULO 4

Rufianismo (Art. 230 do Código Penal)	269
1. Conceito do delito de rufianismo	269
2. Análise didática do tipo penal	269
3. Elemento subjetivo do delito de rufianismo	270
4. Objeto jurídico do delito de rufianismo	270
5. Sujeito ativo do delito de rufianismo	270
6. Sujeito passivo do delito de rufianismo	270
7. Ação penal do delito de rufianismo	271
8. A consumação do delito de rufianismo	271
9. A tentativa do delito de rufianismo	271
10. Classificação doutrinária do delito de rufianismo	271
11. Questões sobre o delito de rufianismo	271
12. Casos práticos	272
13. Casos criminais superinteressantes	272

CAPÍTULO 5

Do crime de promoção de imigração ilegal (Art. 232-A)	275
1. Conceito do delito de promoção de migração ilegal	275
2. Análise didática do tipo penal promoção de migração ilegal	275
3. Elemento subjetivo do delito de promoção de migração ilegal	278
4. Objeto jurídico do delito de promoção de migração ilegal	278
5. Sujeito ativo do delito de promoção de migração ilegal	279
6. Sujeito passivo do delito de promoção de migração ilegal	279
7. Ação penal do delito de promoção de migração ilegal	279
8. A consumação do delito de promoção de migração ilegal	280
9. A tentativa do delito de promoção de migração ilegal	280
10. Classificação doutrinária do delito de promoção de migração ilegal	280

PARTE 14

DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

CAPÍTULO 1

Ato Obsceno (Art. 233 do Código Penal)	283
1. Conceito do delito de ato obsceno	283
2. Análise didática do tipo penal ato obsceno	283
3. Elemento subjetivo do delito de ato obsceno	284
4. Objeto jurídico do delito de ato obsceno	285

5. Sujeito ativo do delito de ato obsceno.....	285
6. Sujeito passivo do delito de ato obsceno.....	285
7. Ação penal do delito de ato obsceno.....	285
8. A consumação do delito de ato obsceno.....	285
9. A tentativa do delito de ato obsceno.....	285
10. Classificação doutrinária do delito de ato obsceno.....	286
11. Questões importantes sobre o delito de ato obsceno.....	286
12. Casos práticos.....	287
13. Casos criminais superinteressantes.....	287

CAPÍTULO 2

Escrito ou Objeto Obsceno (Art. 234 do Código Penal).....	289
1. Conceito do delito de escrito ou objeto obsceno.....	289
2. Análise didática do tipo penal escrito ou objeto obsceno.....	289
3. Elemento subjetivo do delito de escrito ou objeto obsceno.....	290
4. Objeto jurídico do delito de escrito ou objeto obsceno.....	290
5. Sujeito ativo do delito de escrito ou objeto obsceno.....	290
6. Sujeito passivo do delito de escrito ou objeto obsceno.....	290
7. Ação penal do delito de escrito ou objeto obsceno.....	290
8. A consumação do delito de escrito ou objeto obsceno.....	290
9. A tentativa do delito de escrito ou objeto obsceno.....	291
10. Classificação doutrinária do delito de escrito ou objeto obsceno.....	291
11. Questões importantes sobre o delito de escrito ou objeto obsceno.....	291
12. Casos práticos.....	291
13. Casos criminais superinteressantes.....	291

CAPÍTULO 3

Disposições Gerais para todos os Delitos Estudados no Título VI do Código Penal.....	293
---	------------

PARTE 15 DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

CAPÍTULO 1

Bigamia (Art. 235).....	297
1. Conceito do Delito de Bigamia.....	297
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	297
3. Elemento Subjetivo do Delito de Bigamia.....	297
4. Objeto Jurídico do Delito de Bigamia.....	298
5. Sujeito Ativo do Delito de Bigamia.....	298
6. Sujeito Passivo do Delito de Bigamia.....	298
7. Ação Penal do Delito de Bigamia.....	298
8. A Consumação do Delito de Bigamia.....	298
9. A Tentativa do Delito de Bigamia.....	298
10. Classificação Doutrinária do Delito de Bigamia.....	299
11. Questões Importantes sobre o Delito de Bigamia.....	299
12. Casos Práticos.....	300
13. Casos Criminais Superinteressantes.....	301
14. Outras Divergências na Jurisprudência.....	303

CAPÍTULO 2

Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento (Art. 237)	305
1. Conceito do Delito de Induzimento a Erro Essencial e Ocultação de Impedimento	305
2. Análise Didática do Tipo Penal	305
3. Elemento Subjetivo do Delito de Induzimento a Erro Essencial e Ocultação de Impedimento.....	306
4. Objeto Jurídico do Delito de Induzimento a Erro Essencial e Ocultação de Impedimento	306
5. Sujeito Ativo do Delito de Induzimento a Erro Essencial e Ocultação de Impedimento.....	306
6. Sujeito Passivo do Delito de Induzimento a Erro Essencial e Ocultação de Impedimento	306
7. Ação Penal do Delito de Induzimento a Erro Essencial e Ocultação de Impedimento	306
8. A Consumação do Delito de Induzimento a Erro Essencial e Ocultação de Impedimento	307
9. A Tentativa do Delito de Induzimento a Erro Essencial e Ocultação de Impedimento	307
10. Classificação Doutrinária do Delito de Induzimento a Erro Essencial e Ocultação de Impedimento.....	307
11. Questões Importantes sobre o Delito de Induzimento a Erro Essencial e Ocultação de Impedimento	307
12. Casos Práticos	307
13. Casos Criminais	308

CAPÍTULO 3

Conhecimento Prévio de Impedimento (Art. 237)	311
1. Conceito do Delito de Conhecimento Prévio de Impedimento	311
2. Análise Didática do Tipo Penal	311
3. Elemento Subjetivo do Delito de Conhecimento Prévio de Impedimento	312
4. Objeto Jurídico do Delito de Conhecimento Prévio de Impedimento	312
5. Sujeito Ativo do Delito de Conhecimento Prévio de Impedimento	312
6. Sujeito Passivo do Delito de Conhecimento Prévio de Impedimento.....	312
7. Ação Penal do Delito de Conhecimento Prévio de Impedimento	312
8. A Consumação do Delito de Conhecimento Prévio de Impedimento	312
9. A Tentativa do Delito de Conhecimento Prévio de Impedimento.....	313
10. Classificação Doutrinária do Delito de Conhecimento Prévio de Impedimento	313
11. Questões Importantes sobre o Delito de Conhecimento Prévio de Impedimento	313
12. Caso Prático	313
13. Caso Criminal	313

CAPÍTULO 4

Simulação de Autoridade para Celebração de Casamento (Art. 238)	315
1. Conceito do Delito de Simulação de Autoridade para Celebração de Casamento	315
2. Análise Didática do Tipo Penal	315
3. Elemento Subjetivo do Delito de Simulação de Autoridade para Celebração de Casamento	316
4. Elemento normativo do tipo: falsamente é elemento valorativo, que significa contrário à realidade ou fictício ..	316
5. Objeto Jurídico do Delito de Simulação de Autoridade para Celebração de Casamento	316
6. Sujeito Ativo do Delito de Simulação de Autoridade para Celebração de Casamento.....	316
7. Sujeito Passivo do Delito de Simulação de Autoridade para Celebração de Casamento.....	316
8. Ação Penal do Delito de Simulação de Autoridade para Celebração de Casamento	316
9. A Consumação do Delito de Simulação de Autoridade para Celebração de Casamento	316
10. A Tentativa do Delito de Simulação de Autoridade para Celebração de Casamento	317
11. Classificação Doutrinária do Delito de Simulação de Autoridade para Celebração de Casamento.....	317
12. Questões sobre o Delito de Simulação de Autoridade para Celebração de Casamento	317
13. Casos Práticos	317
14. Caso Criminal	318

CAPÍTULO 5

Simulação de Casamento (Art. 239)	319
1. Conceito do Delito de Simulação de Casamento	319
2. Análise Didática do Tipo Penal	319
3. Elemento Subjetivo do Delito de Simulação de Casamento	320
4. Objeto Jurídico do Delito de Simulação de Casamento	320
5. Sujeito Ativo do Delito de Simulação de Casamento	320
6. Sujeito Passivo do Delito de Simulação de Casamento.....	320
7. Ação Penal do Delito de Simulação de Casamento	320
8. A Consumação do Delito de Simulação de Casamento	321
9. A Tentativa do Delito de Simulação de Casamento.....	321
10. Classificação Doutrinária do Delito de Simulação de Casamento	321
11. Questões Importantes sobre o Delito de Simulação de Casamento	321
12. Caso Prático	321

PARTE 16

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

CAPÍTULO 1

Registro de Nascimento Inexistente (Art. 241)	325
1. Conceito do Delito de Registro de Nascimento Inexistente	325
2. Análise Didática do Tipo Penal	325
3. Elemento Subjetivo do Delito de Registro de Nascimento Inexistente.....	325
4. Objeto Jurídico do Delito de Registro de Nascimento Inexistente	325
5. Sujeito Ativo do Delito de Registro de Nascimento Inexistente.....	326
6. Sujeito Passivo do Delito de Registro de Nascimento Inexistente	326
7. Ação Penal do Delito de Registro de Nascimento Inexistente	326
8. A Consumação do Delito de Registro de Nascimento Inexistente	326
9. A Tentativa do Delito de Registro de Nascimento Inexistente	326
10. Classificação Doutrinária do Delito de Registro de Nascimento Inexistente.....	326
11. Questões Importantes sobre o Delito de Registro de Nascimento Inexistente	327
12. Casos Práticos	327
13. Caso Criminal	327

CAPÍTULO 2

Parto Suposto. Supressão ou Alteração de Direito Inerente ao Estado Civil de Recém-nascido (Art. 242)	329
1. Conceito do Delito de Parto Suposto. Supressão ou Alteração de Direito Inerente ao Estado Civil de Recém-nascido	329
2. Análise Didática do Tipo Penal	329
3. Elemento Subjetivo do Delito de Parto Suposto. Supressão ou Alteração de Direito Inerente ao Estado Civil de Recém-nascido.....	331
4. Objeto Jurídico do Delito de Parto Suposto. Supressão ou Alteração de Direito Inerente ao Estado Civil de Recém-nascido.....	331
5. Sujeito Ativo do Delito de Parto Suposto. Supressão ou Alteração de Direito Inerente ao Estado Civil de Recém-nascido.....	331
6. Sujeito Passivo do Delito de Parto Suposto. Supressão ou Alteração de Direito Inerente ao Estado Civil de Recém-nascido.....	331

7. Ação Penal do Delito de Parto Suposto. Supressão ou Alteração de Direito Inerente ao Estado Civil de Recém-nascido.....	331
8. A Consumação do Delito de Parto Suposto. Supressão ou Alteração de Direito Inerente ao Estado Civil de Recém-nascido.....	332
9. A Tentativa do Delito de Parto Suposto. Supressão ou Alteração de Direito Inerente ao Estado Civil de Recém-nascido.....	332
10. Classificação Doutrinária do Delito de Parto Suposto. Supressão ou Alteração de Direito Inerente ao Estado Civil de Recém-nascido.....	332
11. Questões Importantes sobre o Delito de Parto Suposto. Supressão ou Alteração de Direito Inerente ao Estado Civil de Recém-nascido.....	332
12. Casos Práticos	333
13. Casos Criminais	334

CAPÍTULO 3

Sonegação de Estado de Filiação (Art. 243).....	337
1. Conceito do Delito de Sonegação de Estado de Filiação	337
2. Análise Didática do Tipo Penal Sonegação de Estado de Filiação	337
3. Elemento Subjetivo do Delito de Sonegação de Estado de Filiação.....	337
4. Objeto Jurídico do Delito de Sonegação de Estado de Filiação	338
5. Sujeito Ativo do Delito de Sonegação de Estado de Filiação.....	338
6. Sujeito Passivo do Delito de Sonegação de Estado de Filiação	338
7. Ação Penal do Delito de Sonegação de Estado de Filiação	338
8. A Consumação do Delito de Sonegação de Estado de Filiação	338
9. A Tentativa do Delito de Sonegação de Estado de Filiação	338
10. Classificação Doutrinária do Delito de Sonegação de Estado de Filiação.....	338
11. Questão importante sobre o delito de sonegação de estado de filiação.....	338
12. Caso Prático	339

PARTE 17

DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

CAPÍTULO 1

Abandono Material (Art. 244)	343
1. Conceito do Delito de Abandono Material	343
2. Análise Didática do Tipo Penal Abandono Material.....	344
3. Elemento Subjetivo do Delito de Abandono Material	345
4. Objeto Jurídico do Delito de Abandono Material	345
5. Sujeito Ativo do Delito de Abandono Material.....	345
6. Sujeito Passivo do Delito de Abandono Material.....	345
7. Ação Penal do Delito de Abandono Material	346
8. A Consumação do Delito de Abandono Material	347
9. A Tentativa do Delito de Abandono Material	347
10. Classificação Doutrinária do Delito de Abandono Material.....	347
11. Questões Importantes sobre o Delito de Abandono Material	347
12. Casos Práticos	348
13. Casos Criminais Superinteressantes	349
14. Outras Divergências na Jurisprudência.....	350

CAPÍTULO 2

Entrega de Filho Menor a Pessoa Inidônea (Art. 245)	353
1. Conceito do Delito de Entrega de Filho Menor à Pessoa Inidônea.....	353
2. Análise Didática do Tipo Penal Entrega de Filho Menor à Pessoa Inidônea.....	353
3. Elemento Subjetivo do Delito de Entrega de Filho Menor à Pessoa Inidônea	354
4. Objeto Jurídico do Delito de Entrega de Filho Menor à Pessoa Inidônea.....	354
5. Sujeito Ativo do Delito de Entrega de Filho Menor à Pessoa Inidônea	354
6. Sujeito Passivo do Delito de Entrega de Filho Menor a Pessoa Inidônea	354
7. Ação Penal do Delito de Entrega de Filho Menor à Pessoa Inidônea	354
8. A Consumação do Delito de Entrega de Filho Menor a Pessoa Inidônea	354
9. A Tentativa do Delito de Entrega de Filho Menor a Pessoa Inidônea.....	354
10. Classificação Doutrinária do Delito de Entrega de Filho Menor à Pessoa Inidônea	354
11. Casos Práticos.....	355
12. Caso Criminal.....	355

CAPÍTULO 3

Abandono Intelectual (Art. 246)	357
1. Conceito do Delito de Abandono Intelectual.....	357
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	357
3. Elemento Subjetivo do Delito de Abandono Intelectual.....	357
4. Objeto Jurídico do Delito de Abandono Intelectual.....	358
5. Sujeito Ativo do Delito de Abandono Intelectual	358
6. Sujeito Passivo do Delito de Abandono Intelectual	358
7. Ação Penal do Delito de Abandono Intelectual.....	358
8. A Consumação do Delito de Abandono Intelectual.....	359
9. A Tentativa do Delito de Abandono Intelectual	359
10. Classificação Doutrinária do Delito de Abandono Intelectual.....	359
11. Questões Importantes sobre o Delito de Abandono Intelectual.....	359
12. Caso Prático	360
13. Caso Criminal.....	360

CAPÍTULO 4

Permissão de Atos que Denigram a Formação Moral de Menor (Art. 247)	361
1. Conceito do Delito de Permissão de Atos que Denigram a Formação Moral de Menor	361
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	361
3. Elemento Subjetivo do Delito de Permissão de Atos que Denigram a Formação Moral de Menor	361
4. Objeto Jurídico do Delito de Permissão de Atos que Denigram a Formação Moral de Menor.....	362
5. Sujeito Ativo do Delito de Permissão de Atos que Denigram a Formação Moral de Menor.....	362
6. Sujeito Passivo do Delito de Permissão de Atos que Denigram a Formação Moral de Menor.....	362
7. Ação Penal do Delito de Permissão de Atos que Denigram a Formação Moral de Menor	362
8. A Consumação do Delito de Permissão de Atos que Denigram a Formação Moral de Menor	362
9. A Tentativa do Delito de Permissão de Atos que Denigram a Formação Moral de Menor	362
10. Classificação Doutrinária do Delito de Permissão de Atos que Denigram a Formação Moral de Menor.....	362
11. Questão Importante sobre o Delito de Permissão de Atos que Denigram a Formação Moral de Menor.....	363
12. Caso Prático.....	363

PARTE 18

DOS CRIMES CONTRA O PODER FAMILIAR, TUTELA OU CURATELA

CAPÍTULO 1

Induzimento à Fuga, Entrega Arbitrária ou Sonegação de Incapazes (Art. 248)	367
1. Conceito do Delito de Induzimento à Fuga, Entrega Arbitrária ou Sonegação de Incapazes	367
2. Análise Didática do Delito de Induzimento à Fuga, Entrega Arbitrária ou Sonegação de Incapazes	367
3. Elemento Subjetivo do Delito de Induzimento à Fuga, Entrega Arbitrária ou Sonegação de Incapazes	367
4. Objeto Jurídico do Delito de Induzimento à Fuga, Entrega Arbitrária ou Sonegação de Incapazes	368
6. Sujeito Passivo do Delito de Induzimento à Fuga, Entrega Arbitrária ou Sonegação de Incapazes	368
7. Ação Penal do Delito de Induzimento à Fuga, Entrega Arbitrária ou Sonegação de Incapazes	368
8. A Consumação do Delito de Induzimento à Fuga, Entrega Arbitrária ou Sonegação de Incapazes	369
9. A Tentativa do Delito de Induzimento à Fuga, Entrega Arbitrária ou Sonegação de Incapazes	369
10. Classificação Doutrinária do Delito de Induzimento à Fuga, Entrega Arbitrária ou Sonegação de Incapazes	369
11. Questões Importantes sobre o Delito de Induzimento à Fuga, Entrega Arbitrária ou Sonegação de Incapazes	369
12. Casos Práticos	370
13. Casos criminais	370

CAPÍTULO 2

Subtração de Incapazes (Art. 249)	373
1. Conceito do Delito de Subtração de Incapazes	373
2. Análise Didática do Delito de Subtração de Incapazes	373
3. Elemento Subjetivo do Delito de Subtração de Incapazes	374
4. Objeto Jurídico do Delito de Subtração de Incapazes	375
5. Sujeito Ativo do Delito de Subtração de Incapazes	375
6. Sujeito Passivo do Delito de Subtração de Incapazes	375
7. Ação Penal do Delito de Subtração de Incapazes	375
8. A Consumação do Delito de Subtração de Incapazes	375
9. A Tentativa do Delito de Subtração de Incapazes	376
10. Classificação Doutrinária do Delito de Subtração de Incapazes	376
11. Questões Importantes sobre o Delito de Subtração de Incapazes	376
12. Casos Práticos	377
13. Casos Criminais Superinteressantes	378

PARTE 19

DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

CAPÍTULO 1

Dos Crimes de Perigo Comum	381
---	-----

INCÊNDIO (ART. 250)

1. Conceito de Incêndio Doloso	381
2. Análise Didática do Tipo Penal	382
3. Elemento Subjetivo do Delito de Incêndio	382
4. Objeto Jurídico do Delito de Incêndio	383
5. Sujeito Ativo do Delito de Incêndio	383
6. Sujeito Passivo do Delito de Incêndio	383

7. Ação Penal do Delito de Incêndio.....	383
8. A Consumação do Delito de Incêndio.....	384
9. A Tentativa do Delito de Incêndio	384
10. Classificação Doutrinária do Delito de Incêndio.....	384
11. Casos Práticos.....	384
12. Casos Criminais Superinteressantes	385

EXPLOSÃO (ART. 251 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	387
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	388
3. Elemento Subjetivo do Delito de Explosão.....	388
4. Objeto Jurídico do Delito de Explosão	388
5. Sujeito Ativo do Delito de Explosão.....	388
6. Sujeito Passivo do Delito de Explosão.....	388
7. Ação Penal do Delito de Explosão	388
8. A Consumação do Delito de Explosão	389
9. A Tentativa do Delito de Explosão	389
10. Classificação Doutrinária do Delito de Explosão.....	389
11. Casos Práticos.....	389
12. Casos Criminais Superinteressantes	390

USO DE GÁS TÓXICO OU ASFIXIANTE (ART. 252 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	391
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	391
3. Elemento Subjetivo do Delito de Uso de Gás Tóxico ou Asfixiante	392
4. Objeto Jurídico do Delito de Uso de Gás Tóxico ou Asfixiante	392
5. Sujeito Ativo do Delito de Uso de Gás Tóxico ou Asfixiante.....	392
6. Sujeito Passivo do Delito de Uso de Gás Tóxico ou Asfixiante.....	392
7. Ação Penal do Delito de Uso de Gás Tóxico ou Asfixiante	392
8. A Consumação do Delito de Uso de Gás Tóxico ou Asfixiante	392
9. A Tentativa do Delito de Uso de Gás Tóxico ou Asfixiante	393
10. Classificação Doutrinária do Delito de Uso de Gás Tóxico ou Asfixiante.....	393
11. Casos Práticos.....	393
12. Casos Criminais Superinteressantes	393

FABRICO, FORNECIMENTO, AQUISIÇÃO, POSSE OU TRANSPORTE DE EXPLOSIVOS OU GÁS TÓXICO, OU ASFIXIANTE (ART. 253 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	394
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	394
3. Elemento Subjetivo do Delito de Fabrico, Fornecimento, Aquisição, Posse ou Transporte de Explosivos ou Gás Tóxico, ou Asfixiante	394
4. Objeto Jurídico do Delito de Fabrico, Fornecimento, Aquisição, Posse ou Transporte de Explosivos ou Gás Tóxico, ou Asfixiante.....	394
5. Sujeito Ativo do Delito de Fabrico, Fornecimento, Aquisição, Posse ou Transporte de Explosivos ou Gás Tóxico, ou Asfixiante.....	394
6. Sujeito Passivo do Delito de Fabrico, Fornecimento, Aquisição, Posse ou Transporte de Explosivos ou Gás Tóxico, ou Asfixiante.....	394
7. Ação Penal do Delito de Fabrico, Fornecimento, Aquisição, Posse ou Transporte de Explosivos ou Gás Tóxico, ou Asfixiante.....	394

8. A Consumação do Delito de Fabrico, Fornecimento, Aquisição, Posse ou Transporte de Explosivos ou Gás Tóxico, ou Asfixiante.....	395
9. A Tentativa do Delito de Fabrico, Fornecimento, Aquisição, Posse ou Transporte de Explosivos ou Gás Tóxico, ou Asfixiante	395
10. Classificação Doutrinária do Delito de Fabrico, Fornecimento, Aquisição, Posse ou Transporte de Explosivos ou Gás Tóxico, ou Asfixiante	395
11. Casos Práticos.....	396
12. Casos Criminais Superinteressantes	396

INUNDAÇÃO (ART. 254 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	397
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	397
3. Elemento Subjetivo do Delito de Inundação.....	397
4. Objeto Jurídico do Delito de Inundação	398
5. Sujeito Ativo do Delito de Inundação.....	398
6. Sujeito Passivo do Delito de Inundação.....	398
7. Ação Penal do Delito de Inundação	398
8. A Consumação do Delito de Inundação	398
9. A Tentativa do Delito de Inundação	398
10. Classificação Doutrinária do Delito de Inundação.....	398
11. Casos Práticos.....	399
12. Casos Criminais Superinteressantes	399

PERIGO DE INUNDAÇÃO (ART. 255 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	400
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	400
3. Elemento Subjetivo do Delito de Perigo de Inundação	400
4. Objeto Jurídico do Delito de Perigo de Inundação	400
5. Sujeito Ativo do Delito de Perigo de Inundação	401
6. Sujeito Passivo do Delito de Perigo de Inundação.....	401
7. Ação Penal do Delito de Perigo de Inundação	401
8. A Consumação do Delito de Perigo de Inundação	401
9. A Tentativa do Delito de Perigo de Inundação.....	401
10. Classificação Doutrinária do Delito de Perigo de Inundação	401
11. Casos Práticos.....	401
12. Casos Criminais Superinteressantes	402

DESABAMENTO OU DESMORONAMENTO (ART. 256 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	402
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	403
3. Elemento Subjetivo do Delito de Desabamento ou Desmoronamento	403
4. Objeto Jurídico do Delito de Desabamento ou Desmoronamento	403
5. Sujeito Ativo do Delito de Desabamento ou Desmoronamento.....	403
6. Sujeito Passivo do Delito de Desabamento ou Desmoronamento.....	403
7. Ação Penal do Delito de Desabamento ou Desmoronamento	403
8. A consumação do Delito de Desabamento ou Desmoronamento	404
9. A tentativa do Delito de Desabamento ou Desmoronamento.....	404
10. Classificação Doutrinária do Delito de Desabamento ou Desmoronamento.....	404
11. Casos Práticos.....	404
12. Casos Criminais Superinteressantes	405

SUBTRAÇÃO, OCULTAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE MATERIAL DE SALVAMENTO (ART. 257 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	405
2. Análise Didática do Tipo Penal	406
3. Elemento Subjetivo do Delito de Subtração, Ocultação ou Inutilização de Material de Salvamento	406
4. Objeto Jurídico do Delito de Subtração, Ocultação ou Inutilização de Material de Salvamento	406
5. Sujeito Ativo do Delito de Subtração, Ocultação ou Inutilização de Material de Salvamento	406
6. Sujeito Passivo do Delito de Subtração, Ocultação ou Inutilização de Material de Salvamento	406
7. Ação Penal do Delito de Subtração, Ocultação ou Inutilização de Material de Salvamento	406
8. A Consumação do Delito de Subtração, Ocultação ou Inutilização de Material de Salvamento	407
9. A Tentativa do Delito de Subtração, Ocultação ou Inutilização de Material de Salvamento	407
10. Classificação Doutrinária do Delito de Subtração, Ocultação ou Inutilização de Material de Salvamento	407
11. Caso Prático	407
12. Caso Criminal Superinteressante	407

CAPÍTULO 2**Dos Crimes contra a Segurança dos Meios de Comunicação e Transporte e Outros Serviços Públicos ..** 409**PERIGO DE DESASTRE FERROVIÁRIO E OCORRÊNCIA DE DESASTRE FERROVIÁRIO (ART. 260 DO CÓDIGO PENAL)**

1. Conceito	409
2. Análise Didática do Tipo Penal	409
3. Elemento Subjetivo do Delito de Perigo de Desastre Ferroviário e Ocorrência de Desastre Ferroviário	410
4. Objeto Jurídico do Delito de Perigo de Desastre Ferroviário e Ocorrência de Desastre Ferroviário	410
5. Sujeito Ativo do Delito de Perigo de Desastre Ferroviário e Ocorrência de Desastre Ferroviário	410
6. Sujeito Passivo do Delito de Perigo de Desastre Ferroviário e Ocorrência de Desastre Ferroviário	410
7. Ação Penal do Delito de Perigo de Desastre Ferroviário e Ocorrência de Desastre Ferroviário	410
8. A Consumação do Delito de Perigo de Desastre Ferroviário e Ocorrência de Desastre Ferroviário	411
9. A Tentativa do Delito de Perigo de Desastre Ferroviário e Ocorrência de Desastre Ferroviário	411
10. Classificação Doutrinária do Delito de Perigo de Desastre Ferroviário e Ocorrência de Desastre Ferroviário	411
11. Casos Práticos	411
12. Casos Criminais Superinteressantes	413

ATENTADO CONTRA A SEGURANÇA DE TRANSPORTE MARÍTIMO, FLUVIAL OU AÉREO (ART. 261 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	414
2. Análise Didática do Tipo Penal	414
3. Elemento Subjetivo do Delito de Atentado contra a Segurança de Transporte Marítimo, Fluvial ou Aéreo	415
4. Objeto Jurídico do Delito de Atentado contra a Segurança de Transporte Marítimo, Fluvial ou Aéreo	415
5. Sujeito Ativo do Delito de Atentado contra a Segurança de Transporte Marítimo, Fluvial ou Aéreo	415
6. Sujeito Passivo do Delito de Atentado contra a Segurança de Transporte Marítimo, Fluvial ou Aéreo	415
7. Ação Penal do Delito de Atentado contra a Segurança de Transporte Marítimo, Fluvial ou Aéreo	415
8. A Consumação do Delito de Atentado contra a Segurança de Transporte Marítimo, Fluvial ou Aéreo	415
9. A Tentativa do Delito de Atentado contra a Segurança de Transporte Marítimo, Fluvial ou Aéreo	415
10. Classificação Doutrinária do Delito de Atentado contra a Segurança de Transporte Marítimo, Fluvial ou Aéreo	416
11. Casos Práticos	416
12. Casos Criminais Superinteressantes	417

ATENTADO CONTRA A SEGURANÇA DE OUTRO MEIO DE TRANSPORTE (ART. 262 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	417
2. Análise Didática do Tipo Penal	418
3. Elemento Subjetivo do Delito de Atentado contra a Segurança de Outro Meio de Transporte	418

4. Objeto Jurídico do Delito de atentado contra a Segurança de Outro Meio de Transporte.....	418
5. Sujeito Ativo do Delito de atentado contra a Segurança de Outro Meio de Transporte.....	418
6. Sujeito Passivo do Delito de atentado contra a Segurança de Outro Meio de Transporte.....	418
7. Ação Penal do Delito de atentado contra a Segurança de Outro Meio de Transporte.....	418
8. A Consumação do Delito de atentado contra a Segurança de Outro Meio de Transporte.....	419
9. A Tentativa do Delito de atentado contra a Segurança de Outro Meio de Transporte.....	419
10. Classificação Doutrinária do Delito de atentado contra a Segurança de Outro Meio de Transporte.....	419
11. Casos Práticos.....	419
12. Casos Criminais Superinteressantes.....	420

ARREMESSO DE PROJÉTIL (ART. 264 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito.....	420
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	420
3. Elemento Subjetivo do Delito de Arremesso de Projétil.....	420
4. Objeto Jurídico do Delito de Arremesso de Projétil.....	421
5. Sujeito Ativo do Delito de Arremesso de Projétil.....	421
6. Sujeito Passivo do Delito de Arremesso de Projétil.....	421
7. Ação Penal do Delito de Arremesso de Projétil.....	421
8. A Consumação do Delito de Arremesso de Projétil.....	421
9. A Tentativa do Delito de Arremesso de Projétil.....	421
10. Classificação Doutrinária do Delito de Arremesso de Projétil.....	422
11. Casos Práticos.....	422
12. Casos Criminais Superinteressantes.....	423

ATENTADO CONTRA A SEGURANÇA DE SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA (ART. 265 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito.....	423
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	423
3. Elemento Subjetivo do Delito de Tentado contra a Segurança de Serviço de Utilidade Pública.....	424
4. Objeto Jurídico do Delito de Tentado contra a Segurança de Serviço de Utilidade Pública.....	424
5. Sujeito Ativo do Delito de Tentado contra a Segurança de Serviço de Utilidade Pública.....	424
6. Sujeito Passivo do Delito de Tentado contra a Segurança de Serviço de Utilidade Pública.....	424
7. Ação Penal do Delito de Tentado contra a Segurança de Serviço de Utilidade Pública.....	424
8. A Consumação do Delito de Tentado contra a Segurança de Serviço de Utilidade Pública.....	425
9. A Tentativa do Delito de Tentado contra a Segurança de Serviço de Utilidade Pública.....	425
10. Classificação Doutrinária do Delito de Tentado contra a Segurança de Serviço de Utilidade Pública.....	425
11. Casos Práticos.....	425
12. Casos Criminais Superinteressantes.....	426

INTERRUPÇÃO OU PERTURBAÇÃO DE SERVIÇO TELEGRÁFICO, TELEFÔNICO, INFORMÁTICO, TELEMÁTICO OU DE INFORMAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (ART. 266 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito.....	426
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	426
3. Elemento Subjetivo do Delito de Interrupção ou Perturbação de Serviço Telegráfico ou Telefônico.....	427
4. Objeto Jurídico do Delito de Interrupção ou Perturbação de Serviço Telegráfico ou Telefônico.....	427
5. Sujeito Ativo do Delito de Interrupção ou Perturbação de Serviço Telegráfico ou Telefônico.....	427
6. Sujeito Passivo do Delito de Interrupção ou Perturbação de Serviço Telegráfico ou Telefônico.....	427
7. Ação Penal do Delito de Interrupção ou Perturbação de Serviço Telegráfico ou Telefônico.....	427
8. A Consumação do Delito de Interrupção ou Perturbação de Serviço Telegráfico ou Telefônico.....	428
9. A Tentativa do Delito de Interrupção ou Perturbação de Serviço Telegráfico ou Telefônico.....	428

10. Classificação Doutrinária do Delito de Interrupção ou Perturbação de Serviço Telegráfico ou Telefônico	428
11. Casos Práticos.....	428
12. Caso Criminal Superinteressante.....	429

CAPÍTULO 2

Dos Crimes contra a Segurança dos Meios de Comunicação e Transporte e Outros Serviços Públicos ..	431
--	------------

EPIDEMIA (ART. 267 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	431
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	431
3. Elemento Subjetivo do Delito de Epidemia	431
4. Objeto Jurídico do Delito de Epidemia	432
5. Sujeito Ativo do Delito de Epidemia.....	432
6. Sujeito Passivo do Delito de Epidemia.....	432
7. Ação Penal do Delito de Epidemia	432
8. A Consumação do Delito de Epidemia	432
9. A Tentativa do Delito de Epidemia	432
10. Classificação Doutrinária do Delito de Epidemia.....	432
11. Casos Práticos.....	433
12. Casos Criminais Superinteressantes	433

INFRAÇÃO DE MEDIDA SANITÁRIA PREVENTIVA (ART. 268 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	434
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	434
3. Elemento Subjetivo do Delito de Infração de Medida Sanitária Preventiva	435
4. Objeto Jurídico do Delito de Infração de Medida Sanitária Preventiva	436
5. Sujeito Ativo do Delito de Infração de Medida Sanitária Preventiva.....	436
6. Sujeito Passivo do Delito de Infração de Medida Sanitária Preventiva.....	436
7. Ação Penal do Delito de Infração de Medida Sanitária Preventiva	436
8. A Consumação do Delito de Infração de Medida Sanitária Preventiva	436
9. A Tentativa do Delito de Infração de Medida Sanitária Preventiva	436
10. Classificação Doutrinária do Delito de Infração de Medida Sanitária Preventiva.....	436
11. Casos Práticos.....	437
12. Casos Criminais Superinteressantes	437

OMISSÃO DE NOTIFICAÇÃO DE DOENÇA (ART. 269 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	438
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	438
3. Elemento Subjetivo do Delito de Omissão de Notificação de Doença	439
4. Objeto Jurídico do Delito de Omissão de Notificação de Doença	439
5. Sujeito Ativo do Delito de Omissão de Notificação de Doença	439
6. Sujeito Passivo do Delito de Omissão de Notificação de Doença	439
7. Ação Penal do Delito de Omissão de Notificação de Doença.....	439
8. A Consumação do Delito de Omissão de Notificação de Doença.....	439
9. A Tentativa do Delito de Omissão de Notificação de Doença.....	439
10. Classificação Doutrinária do Delito de Omissão de Notificação de Doença	440
11. Casos Práticos.....	440
12. Casos Criminais Superinteressantes	440

ENVENENAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL OU DE SUBSTÂNCIA ALIMENTÍCIA OU MEDICINAL (ART. 270 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	441
2. Análise Didática do Tipo Penal	442
3. Elemento Subjetivo do Delito de Envenenamento de Água Potável ou de Substância Alimentícia ou Medicinal	442
4. Objeto Jurídico do Delito de Envenenamento de Água Potável ou de Substância Alimentícia ou Medicinal	442
5. Sujeito Ativo do Delito de Envenenamento de Água Potável ou de Substância Alimentícia ou Medicinal.....	442
6. Sujeito Passivo do Delito de Envenenamento de Água Potável ou de Substância Alimentícia ou Medicinal....	443
7. Ação Penal do Delito de Envenenamento de Água Potável ou de Substância Alimentícia ou Medicinal	443
8. A Consumação do Delito de Envenenamento de Água Potável ou de Substância Alimentícia ou Medicinal	443
9. A Tentativa do Delito de Envenenamento de Água Potável ou de Substância Alimentícia ou Medicinal	443
10. Classificação Doutrinária do Delito de Envenenamento de Água Potável ou de Substância Alimentícia ou Medicinal	443
11. Casos Práticos.....	444
12. Casos criminais superinteressantes.....	444

CORRUPÇÃO OU POLUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL (ART. 271 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	445
2. Análise Didática do Tipo Penal	445
3. Elemento Subjetivo do Delito de Corrupção ou Poluição de Água Potável	446
4. Objeto Jurídico do Delito de Corrupção ou Poluição de Água Potável	446
5. Sujeito Ativo do Delito de Corrupção ou Poluição de Água Potável.....	446
6. Sujeito Passivo do Delito de Corrupção ou Poluição de Água Potável.....	446
7. Ação Penal do Delito de Corrupção ou Poluição de Água Potável	446
8. A Consumação do Delito de Corrupção ou Poluição de Água Potável	446
9. A Tentativa do Delito de Corrupção ou Poluição de Água Potável.....	446
10. Classificação Doutrinária do Delito de Corrupção ou Poluição de Água Potável.....	446
11. Casos Práticos.....	447
12. Casos Criminais Superinteressantes	447

FALSIFICAÇÃO, CORRUPÇÃO, ADULTERAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE SUBSTÂNCIA OU PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (ART. 272 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	447
2. Análise Didática do Tipo Penal	448
3. Elemento Subjetivo do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios.....	448
4. Objeto Jurídico do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios	448
5. Sujeito Ativo do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios	448
6. Sujeito Passivo do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios	448
7. Ação Penal do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios	448
8. A Consumação do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios	449
9. A Tentativa do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios	449

10. Classificação Doutrinária do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios	449
11. Casos Práticos.....	450
12. Casos Criminais Superinteressantes	450

FALSIFICAÇÃO, CORRUPÇÃO, ADULTERAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE PRODUTO DESTINADO A FINS TERAPÊUTICOS OU MEDICINAIS (ART. 273 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	450
2. Análise Didática do Tipo Penal	451
3. Elemento Subjetivo do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais.....	452
4. Objeto Jurídico do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais	452
5. Sujeito Ativo do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais	452
6. Sujeito Passivo do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais	452
7. Ação Penal do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais	452
8. A Consumação do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais	452
9. A Tentativa do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais	453
10. Classificação Doutrinária do Delito de Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Produto Destinado a Fins Terapêuticos ou Medicinais.....	453
11. Casos Práticos.....	453
12. Casos Criminais Superinteressantes	454

EMPREGO DE PROCESSO PROIBIDO OU DE SUBSTÂNCIA NÃO PERMITIDA (ART. 274 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceitos.....	455
2. Análise Didática do Tipo Penal	456
3. Elemento Subjetivo do Delito de Emprego de Processo Proibido ou de Substância Não Permitida	456
4. Objeto Jurídico do Delito de Emprego de Processo Proibido ou de Substância Não Permitida	456
5. Sujeito Ativo do Delito de Emprego de Processo Proibido ou de Substância Não Permitida	456
6. Sujeito Passivo do Delito de Emprego de Processo Proibido ou de Substância Não Permitida	456
7. Ação Penal do Delito de Emprego de Processo Proibido ou de Substância Não Permitida.....	456
8. A Consumação do Delito de Emprego de Processo Proibido ou de Substância Não Permitida.....	456
9. A Tentativa do Delito de Emprego de Processo Proibido ou de Substância Não Permitida.....	457
10. Classificação Doutrinária do Delito de Emprego de Processo Proibido ou de Substância Não Permitida	457
11. Caso Prático	457
12. Caso Criminal Superinteressante.....	457

INVÓLUCRO OU RECIPIENTE COM FALSA INDICAÇÃO (ART. 275 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceitos.....	458
2. Análise Didática do Tipo Penal	458
3. Elemento Subjetivo do Delito de Invólucro ou Recipiente com Falsa Indicação.....	459
4. Objeto Jurídico do Delito de Invólucro ou Recipiente com Falsa Indicação.....	459
5. Sujeito Ativo do Delito de Invólucro ou Recipiente com Falsa Indicação	459
6. Sujeito Passivo do Delito de Invólucro ou Recipiente com Falsa Indicação	459
7. Ação Penal do Delito de Invólucro ou Recipiente com Falsa Indicação.....	459

8. A Consumação do Delito de Invólucro ou Recipiente com Falsa Indicação.....	459
9. A Tentativa do Delito de Invólucro ou Recipiente com Falsa Indicação	459
10. Classificação Doutrinária do Delito de Invólucro ou Recipiente com Falsa Indicação	460
11. Casos Práticos.....	460
12. Casos Criminais Superinteressantes	461

SUBSTÂNCIA DESTINADA À FALSIFICAÇÃO (ART. 277 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	461
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	461
3. Elemento Subjetivo do Delito de Substância Destinada à Falsificação	461
4. Objeto Jurídico do Delito de Substância Destinada à Falsificação	462
5. Sujeito Ativo do Delito de Substância Destinada à Falsificação.....	462
6. Sujeito Passivo do Delito de Substância Destinada à Falsificação.....	462
7. Ação Penal do Delito de Substância Destinada à Falsificação	462
8. A Consumação do Delito de Substância Destinada à Falsificação	462
9. A Tentativa do Delito de Substância Destinada à Falsificação	462
10. Classificação doutrinária do delito de substância destinada à falsificação	463
11. Caso Prático	463
12. Caso Criminal Superinteressante.....	463

OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE PÚBLICA (ART. 278 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	463
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	463
3. Elemento Subjetivo do Delito de Outras Substâncias Nocivas à Saúde Pública.....	464
4. Objeto Jurídico do Delito de Outras Substâncias Nocivas à Saúde Pública.....	464
5. Sujeito Ativo do Delito de Outras Substâncias Nocivas à Saúde Pública	464
6. Sujeito Passivo do Delito de Outras Substâncias Nocivas à Saúde Pública	464
7. Ação Penal do Delito de Outras Substâncias Nocivas à Saúde Pública.....	464
8. A Consumação do Delito de Outras Substâncias Nocivas à Saúde Pública.....	465
9. A Tentativa do Delito de Outras Substâncias Nocivas à Saúde Pública.....	465
10. Classificação Doutrinária do Delito de Outras Substâncias Nocivas à Saúde Pública	465
11. Casos Práticos.....	465
12. Casos Criminais Superinteressantes	466

FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO EM DESACORDO COM RECEITA MÉDICA (ART. 280 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	467
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	467
3. Elemento Subjetivo do Delito de Fornecimento de Medicamento em Desacordo com Receita Médica.....	467
4. Objeto Jurídico do Delito de Fornecimento de Medicamento em Desacordo com Receita Médica.....	467
5. Sujeito Ativo do Delito de Fornecimento de Medicamento em Desacordo com Receita Médica	467
6. Sujeito Passivo do Delito de Fornecimento de Medicamento em Desacordo com Receita Médica	468
7. Ação Penal do Delito de Fornecimento de Medicamento em Desacordo com Receita Médica.....	468
8. A Consumação do Delito de Fornecimento de Medicamento em Desacordo com Receita Médica.....	468
9. A Tentativa do Delito de Fornecimento de Medicamento em Desacordo com Receita Médica	468
10. Classificação Doutrinária do Delito de Fornecimento de Medicamento em Desacordo com Receita Médica	468
11. Casos Práticos.....	469
12. Casos Criminais Superinteressantes	469

EXERCÍCIO ILEGAL DA MEDICINA, ARTE DENTÁRIA OU FARMACÊUTICA (ART. 282 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	470
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	471
3. Elemento Subjetivo do Delito de Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica.....	471

4. Objeto Jurídico do Delito de Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica.....	471
5. Sujeito Ativo do Delito de Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica	472
6. Sujeito Passivo do Delito de Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica	472
7. Ação Penal do Delito de Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica.....	472
8. A Consumação do Delito de Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica.....	472
9. A Tentativa do Delito de Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica	472
10. Classificação Doutrinária do Delito de Exercício Ilegal da Medicina, Arte Dentária ou Farmacêutica	473
11. Casos Práticos.....	473
12. Casos Criminais Superinteressantes	474

CHARLATANISMO (ART. 283 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	475
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	475
3. Elemento Subjetivo do Delito de Charlatanismo	476
4. Objeto Jurídico do Delito de Charlatanismo	476
5. Sujeito Ativo do Delito de Charlatanismo	476
6. Sujeito Passivo do Delito de Charlatanismo.....	476
7. Ação Penal do Delito de Charlatanismo	476
8. A Consumação do Delito de Charlatanismo.....	476
9. A Tentativa do Delito de Charlatanismo.....	477
10. Classificação Doutrinária do Delito de Charlatanismo	477
11. Caso Prático	477
12. Caso Criminal Superinteressante.....	477

CURANDEIRISMO (ART. 284 DO CÓDIGO PENAL)

1. Conceito	477
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	478
3. Elemento Subjetivo do Delito de Curandeirismo.....	479
4. Objeto Jurídico do Delito de Curandeirismo.....	479
5. Sujeito Ativo do Delito de Curandeirismo	479
6. Sujeito Passivo do Delito de Curandeirismo	479
7. Ação Penal do Delito de Curandeirismo.....	479
8. A Consumação do Delito de Curandeirismo.....	479
9. A Tentativa do Delito de Curandeirismo.....	480
10. Classificação Doutrinária do Delito de Curandeirismo	480
11. Casos Práticos.....	480
12. Casos Criminais Superinteressantes	480

PARTE 20 DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

CAPÍTULO 1

Incitação ao Crime (Art. 286).....	485
1. Conceito do Delito de Incitação ao Crime	485
2. Análise Didática do Tipo Penal Incitação ao Crime.....	485
3. Elemento Subjetivo do Delito de Incitação ao Crime	486
4. Objeto Jurídico do Delito de Incitação ao Crime	487
5. Sujeito Ativo do Delito de Incitação ao Crime.....	487
6. Sujeito Passivo do Delito de Incitação ao Crime.....	487

7. Ação Penal do Delito de Incitação ao Crime	487
8. A Consumação do Delito de Incitação ao Crime	487
9. A Tentativa do Delito de Incitação ao Crime	487
10. Classificação Doutrinária do Delito de Incitação ao Crime	488
11. Questões Importantes sobre o Delito de Incitação ao Crime	488
12. Casos Práticos	489
13. Casos Criminais Superinteressantes	490

CAPÍTULO 2

Apologia de Crime ou Criminoso (Art. 287).....	495
1. Conceito do Delito de Apologia de Crime ou Criminoso.....	495
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	495
3. Elemento Subjetivo do Delito de Apologia de Crime ou Criminoso.....	495
4. Objeto Jurídico do Delito de Apologia de Crime ou Criminoso.....	496
5. Sujeito Ativo do Delito de Apologia de Crime ou Criminoso.....	496
6. Sujeito Passivo do Delito de Apologia de Crime ou Criminoso.....	496
7. Ação Penal do Delito de Apologia de Crime ou Criminoso.....	496
8. A Consumação do Delito de Apologia de Crime ou Criminoso.....	496
9. A Tentativa do Delito de Apologia de Crime ou Criminoso	496
10. Classificação Doutrinária do Delito de Apologia de Crime ou Criminoso.....	496
11. Questões Importantes sobre o Delito de Apologia de Crime ou Criminoso.....	496
12. Casos Práticos	497
13. Casos Criminais	498

CAPÍTULO 3

Associação Criminosa (Art. 288).....	501
1. Conceito do Delito Associação Criminosa.....	501
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	502
3. Elemento Subjetivo do Delito de Associação Criminosa	503
4. Objeto Jurídico do Delito de Associação Criminosa.....	503
5. Sujeito Ativo do Delito de Associação Criminosa	503
6. Sujeito Passivo do Delito de Associação Criminosa	504
7. Ação Penal do Delito de Associação Criminosa.....	504
8. A Consumação e tentativa do Delito de Associação Criminosa	504
9. A Tentativa do Delito Associação Criminosa.....	505
10. Classificação Doutrinária do Delito Associação Criminosa	505
11. Questões Importantes sobre o Delito de Associação Criminosa.....	506
12. Casos Práticos	507
13. Casos Criminais Superinteressantes	509

CONSTITUIÇÃO DE MILÍCIA PRIVADA (ARTIGO 288-A)

1. Conceito do delito de constituição de milícia privada.....	518
2. Análise didática do tipo penal	518
3. Elemento subjetivo do delito de constituição de milícia privada.....	519
4. Objeto jurídico do delito de constituição de milícia privada.....	520
5. Sujeito ativo do delito de constituição de milícia privada	520
6. Sujeito passivo do delito de constituição de milícia privada.....	521
7. Ação penal do delito de constituição de milícia privada	521
8. A consumação do delito de constituição de milícia privada.....	521

9. A tentativa do delito de constituição de milícia privada	521
10. Classificação doutrinária do delito de constituição de milícia privada	521
11. Denúncia no crime de milícia privada (art. 288-A).....	522
12. Possibilidade de formação de colegiado no primeiro grau de jurisdição para a prática de atos processuais..	522
13. Concurso de crimes.....	523

PARTE 21

DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

CAPÍTULO 1

Da Moeda Falsa (Art. 289)	527
1. Conceito do Delito de Moeda Falsa	527
2. Análise Didática do Tipo Penal	527
3. Elemento Subjetivo do Delito de Moeda Falsa.....	528
4. Objeto Jurídico do Delito de Moeda Falsa	528
5. Sujeito Ativo do Delito de Moeda Falsa.....	528
6. Sujeito Passivo do Delito de Moeda Falsa	529
7. Ação Penal do Delito de Moeda Falsa	529
8. A Consumação do Delito de Moeda Falsa	529
9. A Tentativa do Delito de Moeda Falsa	530
10. Classificação Doutrinária do Delito de Moeda Falsa.....	530
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Moeda Falsa	530
12. Casos Práticos	532
13. Casos Criminais Superinteressantes	533

CAPÍTULO 2

Crimes Assimilados ao de Moeda Falsa (Art. 290)	537
1. Conceito do Delito de Crimes Assimilados ao de Moeda Falsa	537
2. Análise Didática do Tipo Penal	537
3. Elemento Subjetivo do Delito de Crimes Assimilados ao de Moeda Falsa	538
4. Objeto Jurídico do Delito de Crimes Assimilados ao de Moeda Falsa	538
5. Sujeito Ativo do Delito de Crimes Assimilados ao de Moeda Falsa	538
6. Sujeito Passivo do Delito de Crimes Assimilados ao de Moeda Falsa.....	538
7. Ação Penal do Delito de Crimes Assimilados ao de Moeda Falsa	538
8. A Consumação do Delito de Crimes Assimilados ao de Moeda Falsa	538
9. A Tentativa do Delito de Crimes Assimilados ao de Moeda Falsa	538
10. Classificação Doutrinária do Delito de Crimes Assimilados ao de Moeda Falsa	538
11. Questões sobre o Delito de Crimes Assimilados ao de Moeda Falsa	539
12. Caso Prático	539
13. Caso Criminal Superinteressante	539

CAPÍTULO 3

Petrechos para Falsificação de Moeda (Art. 291)	541
1. Conceito do Delito de Petrechos para Falsificação de Moeda.....	541
2. Análise Didática do Tipo Penal	541
3. Elemento Subjetivo do Delito de Petrechos para Falsificação de Moeda	541
4. Objeto Jurídico do Delito de Petrechos para Falsificação de Moeda.....	541

5. Sujeito Ativo do Delito de Petrechos para Falsificação de Moeda	542
6. Sujeito Passivo do Delito de Petrechos para Falsificação de Moeda	542
7. Ação Penal do Delito de Petrechos para Falsificação de Moeda	542
8. A Consumação do Delito de Petrechos para Falsificação de Moeda	542
9. A Tentativa do Delito de Petrechos para Falsificação de Moeda	542
10. Classificação Doutrinária do Delito de Petrechos para Falsificação de Moeda	543
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Petrechos para Falsificação de Moeda	543
12. Caso Prático	543
13. Caso Criminal Superinteressante	543

CAPÍTULO 4

Emissão de Título ao Portador sem Permissão Legal (Art. 292)	545
1. Conceito do Delito de Emissão de Título ao Portador sem Permissão Legal	545
2. Análise Didática do Tipo Penal	545
3. Objeto Jurídico do Delito de Emissão de Título ao Portador sem Permissão Legal	546
4. Sujeito Ativo do Delito de Emissão de Título ao Portador sem Permissão Legal	546
5. Sujeito Passivo do Delito de Emissão de Título ao Portador sem Permissão Legal	546
6. A Ação Penal do Delito de Emissão de Título ao Portador sem Permissão Legal	546
7. Elemento Subjetivo do Delito de Emissão de Título ao Portador sem Permissão Legal	546
8. A Consumação do Delito de Emissão de Título ao Portador sem Permissão Legal	546
9. A Tentativa do Delito de Emissão de Título ao Portador sem Permissão Legal	546
10. Classificação Doutrinária do Delito de Emissão de Título ao Portador sem Permissão Legal	546
11. Questões sobre o Delito de Emissão de Título ao Portador sem Permissão Legal	547
12. Casos Práticos	547
13. Casos Criminais Superinteressantes	548

CAPÍTULO 5

Falsificação de Papéis Públicos (Art. 293)	549
1. Conceito do Delito de Falsificação de Papéis Públicos	549
2. Análise Didática do Tipo Penal	550
3. Objeto Jurídico do Delito de Falsificação de Papéis Públicos	550
4. Sujeito Ativo do Delito de Falsificação de Papéis Públicos	551
5. Sujeito Passivo do Delito de Falsificação de Papéis Públicos	551
6. A Ação Penal do Delito de Falsificação de Papéis Públicos	551
7. Elemento Subjetivo do Delito de Falsificação de Papéis Públicos	551
8. A Consumação do Delito de Falsificação de Papéis Públicos	551
9. A Tentativa do Delito de Falsificação de Papéis Públicos	552
10. Classificação Doutrinária do Delito de Falsificação de Papéis Públicos	552
11. Art. 293, § 1º, III, “b” e a importantíssima polêmica sobre a desnecessidade de constituição definitiva do crédito tributário. Não incidência da Súmula Vinculante 24 do STF	552
12. Casos Práticos	553
13. Casos Criminais Superinteressantes	553

CAPÍTULO 6

Petrechos de Falsificação (Art. 294)	555
1. Conceito do Delito de Petrechos de Falsificação	555
2. Análise Didática do Tipo Penal	555
3. Objeto Jurídico do Delito de Petrechos de Falsificação	555

4. Sujeito Ativo do Delito de Petrechos de Falsificação	555
5. Sujeito Passivo do Delito de Petrechos de Falsificação	556
6. A Ação Penal do Delito de Petrechos de Falsificação	556
7. Elemento Subjetivo do Delito de Petrechos de Falsificação	556
8. A Consumação do Delito de Petrechos de Falsificação	556
9. A Tentativa do Delito de Petrechos de Falsificação	556
10. Classificação Doutrinária do Delito de Petrechos de Falsificação	556
11. Caso Prático	556
12. Caso Criminal Superinteressante	556

CAPÍTULO 7

Falsificação de Papéis Públicos (Art. 293)	557
1. Conceito do Delito de Falsificação do Selo ou Sinal Público	557
2. Análise Didática do Tipo Penal	557
3. Objeto Jurídico do Delito de Falsificação do Selo ou Sinal Público	558
4. Sujeito Ativo do Delito de Falsificação do Selo ou Sinal Público	558
5. Sujeito Passivo do Delito de Falsificação do Selo ou Sinal Público	558
6. A Ação Penal do Delito de Falsificação do Selo ou Sinal Público	558
7. Elemento Subjetivo do Delito de Falsificação do Selo ou Sinal Público	558
8. A Consumação do Delito de Falsificação do Selo ou Sinal Público	559
9. A Tentativa do Delito de Falsificação do Selo ou Sinal Público	559
10. Classificação Doutrinária do Delito de Falsificação do Selo ou Sinal Público	559
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Falsificação do Selo ou Sinal Público	559
12. Casos Práticos	560
13. Casos Criminais Superinteressantes	560

CAPÍTULO 8

Falsificação de Documento Público (Art. 297)	561
1. Conceito do Delito de Falsificação de Documento Público	561
2. Análise Didática do Tipo Penal	561
3. Objeto Jurídico do Delito de Falsificação de Documento Público	562
4. Sujeito Ativo do Delito de Falsificação de Documento Público	563
5. Sujeito Passivo do Delito de Falsificação de Documento Público	563
6. A Ação Penal do Delito de Falsificação de Documento Público	563
7. Elemento Subjetivo do Delito de Falsificação de Documento Público	563
8. A Consumação do Delito de Falsificação de Documento Público	563
9. A Tentativa do Delito de Falsificação de Documento Público	564
10. Classificação Doutrinária do Delito de Falsificação de Documento Público	564
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Falsificação de Documento Público	564
12. Casos Práticos	568
13. Casos Criminais Superinteressantes	569

CAPÍTULO 9

Falsificação de Documento Particular (Art. 297)	575
1. Conceito do Delito de Falsificação de Documento Particular	575
2. Análise Didática do Tipo Penal	575
3. Objeto Jurídico do Delito de Falsificação de Documento Particular	576

4. Sujeito Ativo do Delito de Falsificação de Documento Particular	576
5. Sujeito Passivo do Delito de Falsificação de Documento Particular	576
6. A Ação Penal do Delito de Falsificação de Documento Particular.....	576
7. Elemento Subjetivo do Delito de Falsificação de Documento Particular.....	576
8. A Consumação do Delito de Falsificação de Documento Particular.....	576
9. A Tentativa do Delito de Falsificação de Documento Particular	576
10. Classificação Doutrinária do Delito de Falsificação de Documento Particular	576
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Falsificação de Documento Particular	577
12. Atualização legislativa: a Lei nº 12.737/ 2012 acrescentou o parágrafo único ao art. 298.	577
13. Casos Práticos	578
14. Casos Criminais Superinteressantes	579

CAPÍTULO 10

Falsidade Ideológica (Art. 299)	581
1. Conceito do Delito de Falsidade Ideológica	581
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	581
3. Objeto Jurídico do Delito de Falsidade Ideológica	582
4. Sujeito Ativo do Delito de Falsidade Ideológica.....	582
5. Sujeito Passivo do Delito de Falsidade Ideológica.....	582
6. A Ação Penal do Delito de Falsidade Ideológica	582
7. Elemento Subjetivo do Delito de Falsidade Ideológica	582
8. A Consumação do Delito de Falsidade Ideológica	582
9. A Tentativa do Delito de Falsidade Ideológica	583
10. Classificação Doutrinária do Delito de Falsidade Ideológica.....	583
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Falsidade Ideológica	583
12. Casos Práticos	584
13. Casos Criminais Superinteressantes	585

CAPÍTULO 11

Falso Reconhecimento de Firma ou Letra (Art. 300)	589
1. Conceito do Delito de Falso Reconhecimento de Firma ou Letra	589
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	589
3. Objeto Jurídico do Delito de Falso Reconhecimento de Firma ou Letra	589
4. Sujeito Ativo do Delito de Falso Reconhecimento de Firma ou Letra	589
5. Sujeito Passivo do Delito de Falso Reconhecimento de Firma ou Letra.....	589
6. A Ação Penal do Delito de Falso Reconhecimento de Firma ou Letra	590
7. Elemento Subjetivo do Delito de Falso Reconhecimento de Firma ou Letra	590
8. A Consumação do Delito de Falso Reconhecimento de Firma ou Letra	590
9. A Tentativa do Delito de Falso Reconhecimento de Firma ou Letra	590
10. Classificação Doutrinária do Delito de Falso Reconhecimento de Firma ou Letra	590
11. Casos Práticos.....	590
12. Casos Criminais Superinteressantes	591

CAPÍTULO 12

Certidão ou Atestado Ideologicamente Falso (Art. 301)	593
1. Conceito do Delito de Certidão ou Atestado Ideologicamente ou Materialmente Falso.....	593
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	593
3. Objeto Jurídico do Delito de Certidão ou Atestado Ideologicamente ou Materialmente Falso.....	594

4. Sujeito Ativo do Delito de Certidão ou Atestado Ideologicamente Falso.....	594
5. Sujeito Passivo do Delito de Certidão ou Atestado Ideologicamente Falso.....	595
6. A Ação Penal do Delito de Certidão ou Atestado Ideologicamente ou Materialmente Falso.....	595
7. Elemento Subjetivo do Delito de Certidão ou Atestado Ideologicamente ou Materialmente Falso.....	595
8. A Consumação do Delito de Certidão ou Atestado Ideologicamente ou Materialmente Falso.....	595
9. A Tentativa do Delito de Certidão ou Atestado Ideologicamente ou Materialmente Falso.....	596
10. Classificação Doutrinária do Delito de Certidão ou Atestado Ideologicamente ou Materialmente Falso.....	596
11. Questões Importantes sobre o Delito de Certidão ou Atestado Ideologicamente ou Materialmente Falso.....	596
12. Casos Práticos.....	597
13. Casos Criminais Superinteressantes.....	597

CAPÍTULO 13

Falsidade de Atestado Médico (Art. 302).....	599
1. Conceito do Delito de Falsidade de Atestado Médico.....	599
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	599
3. Objeto Jurídico e material do Delito de Falsidade de Atestado Médico.....	599
4. Sujeito Ativo do Delito de Falsidade de Atestado Médico.....	599
5. Sujeito Passivo do Delito de Falsidade de Atestado Médico.....	599
6. A Ação Penal do Delito de Falsidade de Atestado Médico.....	600
7. Elemento Subjetivo do Delito de Falsidade de Atestado Médico.....	600
8. A Consumação do Delito de Falsidade de Atestado Médico.....	600
9. A Tentativa do Delito de Falsidade de Atestado Médico.....	600
10. Classificação Doutrinária do Delito de Falsidade de Atestado Médico.....	600
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Falsidade de Atestado Médico.....	600
12. Casos Práticos.....	601
13. Casos Criminais Superinteressantes.....	601

CAPÍTULO 14

Reprodução ou Adulteração de Selo ou Peça Filatélica (Art. 39 da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978).....	603
1. Conceito do Delito de Reprodução ou Adulteração de Selo ou Peça Filatélica.....	603
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	603
3. Objeto Jurídico e material do Delito de Reprodução ou Adulteração de Selo ou Peça Filatélica.....	604
4. Sujeito Ativo do Delito de Reprodução ou Adulteração de Selo ou Peça Filatélica.....	604
5. Sujeito Passivo do Delito de Reprodução ou Adulteração de Selo ou Peça Filatélica.....	604
6. A Ação Penal do Delito de Reprodução ou Adulteração de Selo ou Peça Filatélica.....	604
7. Elemento Subjetivo do Delito de Reprodução ou Adulteração de Selo ou Peça Filatélica.....	604
8. A Consumação do Delito de Reprodução ou Adulteração de Selo ou Peça Filatélica.....	604
9. A Tentativa do Delito de Reprodução ou Adulteração de Selo ou Peça Filatélica.....	604
10. Classificação Doutrinária do Delito de Reprodução ou Adulteração de Selo ou Peça Filatélica.....	604
11. Casos Práticos.....	605

CAPÍTULO 15

Uso de Documento Falso (Art. 304).....	607
1. Conceito do Delito de Uso de Documento Falso.....	607
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	607
3. Objeto Jurídico e material do Delito de Uso de Documento Falso.....	608
4. Sujeito Ativo do Delito de Uso de Documento Falso.....	608

5. Sujeito Passivo do Delito de Uso de Documento Falso	608
6. A Ação Penal do Delito de Uso de Documento Falso.....	608
7. Elemento Subjetivo do Delito de Uso de Documento Falso	609
8. A Consumação do Delito de Uso de Documento Falso.....	609
9. A Tentativa do Delito de Uso de Documento Falso	609
10. Classificação Doutrinária do Delito de Uso de Documento Falso	610
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Uso de Documento Falso .	610
12. Casos Práticos	611
13. Casos Criminais Superinteressantes	612

CAPÍTULO 16

Supressão de Documento (Art. 305).....	615
1. Conceito do Delito de Supressão de Documento.....	615
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	615
3. Objeto Jurídico e material do Delito de Supressão de Documento.....	616
4. Sujeito Ativo do Delito de Supressão de Documento	616
5. Sujeito Passivo do Delito de Supressão de Documento	616
6. A Ação Penal do Delito de Supressão de Documento.....	616
7. Elemento Subjetivo do Delito de Supressão de Documento.....	616
8. A Consumação do Delito de Supressão de Documento.....	616
9. A Tentativa do Delito de Supressão de Documento	616
10. Classificação Doutrinária do Delito de Supressão de Documento	616
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Supressão de Documento	617
12. Casos Práticos	617
13. Casos Criminais Superinteressantes	618

CAPÍTULO 17

Falsificação do Sinal Empregado no Contraste de Metal Precioso ou na Fiscalização Alfandegária, ou para Outros Fins (Art. 306)	619
1. Conceito do Delito de Falsificação do Sinal Empregado no Contraste de Metal Precioso ou na Fiscalização Alfandegária, ou para Outros Fins.....	619
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	619
3. Objeto Jurídico e material do Delito de Falsificação do Sinal Empregado no Contraste de Metal Precioso ou na Fiscalização Alfandegária, ou para Outros Fins	619
4. Sujeito Ativo do Delito de Falsificação do Sinal Empregado no Contraste de Metal Precioso ou na Fiscalização Alfandegária, ou para Outros Fins.....	620
5. Sujeito Passivo do Delito de Falsificação do Sinal Empregado no Contraste de Metal Precioso ou na Fiscalização Alfandegária, ou para Outros Fins	620
6. A Ação Penal do Delito de Falsificação do Sinal Empregado no Contraste de Metal Precioso ou na Fiscalização Alfandegária, ou para Outros Fins	620
7. Elemento Subjetivo do Delito de Falsificação do Sinal Empregado no Contraste de Metal Precioso ou na Fiscalização Alfandegária, ou para Outros Fins	620
8. A Consumação do Delito de Falsificação do Sinal Empregado no Contraste de Metal Precioso ou na Fiscalização Alfandegária, ou para Outros Fins	621
9. A Tentativa do Delito de Falsificação do Sinal Empregado no Contraste de Metal Precioso ou na Fiscalização Alfandegária, ou para Outros Fins.....	621
10. Classificação Doutrinária do Delito de Falsificação do Sinal Empregado no Contraste de Metal Precioso ou na Fiscalização Alfandegária, ou para Outros Fins	621
11. Casos Práticos.....	621

CAPÍTULO 18

Falsa Identidade (Art. 307)	623
1. Conceito do Delito de Falsa Identidade.....	623
2. Análise Didática do Tipo Penal	623
3. Objeto Jurídico e material do Delito de Falsa Identidade.....	624
4. Sujeito Ativo do Delito de Falsa Identidade.....	624
5. Sujeito Passivo do Delito de Falsa Identidade	624
6. A Ação Penal do Delito de Falsa Identidade.....	624
7. Elemento Subjetivo do Delito de Falsa Identidade.....	624
8. A Consumação do Delito de Falsa Identidade.....	625
9. A Tentativa do Delito de Falsa Identidade	625
10. Classificação Doutrinária do Delito de Falsa Identidade	625
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Falsa Identidade	625
12. Casos Práticos	626
13. Casos Criminais Superinteressantes	626
14. Outras Divergências na Jurisprudência.....	629

CAPÍTULO 19

Delito de Uso de Documento de Identidade Alheia (Art. 308)	631
1. Conceito do Delito de Uso de Documento de Identidade Alheia.....	631
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	631
3. Objeto Jurídico e material do Delito de Uso de Documento de Identidade Alheia	632
4. Sujeito Ativo do Delito de Uso de Documento de Identidade Alheia	632
5. Sujeito Passivo do Delito de Uso de Documento de Identidade Alheia	632
6. A Ação Penal do Delito de Uso de Documento de Identidade Alheia.....	632
7. Elemento Subjetivo do Delito de Uso de Documento de Identidade Alheia.....	632
8. A Consumação do Delito de Uso de Documento de Identidade Alheia.....	632
9. A Tentativa do Delito de Uso de Documento de Identidade Alheia.....	632
10. Classificação Doutrinária do Delito de Uso de Documento de Identidade Alheia	632
11. Casos Práticos.....	633
12. Casos Criminais Superinteressantes	633

CAPÍTULO 20

Fraude de Lei Sobre Estrangeiros (Art. 309)	635
1. Conceito do Delito de Fraude de Lei sobre Estrangeiros.....	635
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	635
3. Objeto Jurídico e material do Delito de Fraude de Lei sobre Estrangeiros.....	636
4. Sujeito Ativo do Delito de Fraude de Lei sobre Estrangeiros	636
5. Sujeito Passivo do Delito de Fraude de Lei sobre Estrangeiros	636
6. A Ação Penal do Delito de Fraude de Lei sobre Estrangeiros.....	636
7. Elemento Subjetivo do Delito de Fraude de Lei sobre Estrangeiros.....	636
8. A Consumação do Delito de Fraude de Lei sobre Estrangeiros.....	636
9. A Tentativa do Delito de Fraude de Lei sobre Estrangeiros.....	636
10. Classificação Doutrinária do Delito de Fraude de Lei sobre Estrangeiros	637
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Fraude de Lei sobre Estrangeiros.....	637
12. Casos Práticos	637
13. Caso Criminal.....	637

CAPÍTULO 21

Empréstimo de Nome a Estrangeiro (Art. 310)	639
1. Conceito do Delito de Empréstimo de Nome a Estrangeiro	639
2. Análise Didática do Tipo Penal	639
3. Objeto Jurídico e material do Delito de Empréstimo de Nome a Estrangeiro	639
4. Sujeito Ativo do Delito de Empréstimo de Nome a Estrangeiro	640
5. Sujeito Passivo do Delito de Empréstimo de Nome a Estrangeiro.....	640
6. A Ação Penal do Delito de Empréstimo de Nome a Estrangeiro	640
7. Elemento Subjetivo do Delito de Empréstimo de Nome a Estrangeiro	640
8. A Consumação do Delito de Empréstimo de Nome a Estrangeiro	640
9. A Tentativa do Delito de Empréstimo de Nome a Estrangeiro	640
10. Classificação Doutrinária do Delito de Empréstimo de Nome a Estrangeiro	640
11. Casos Práticos.....	640
12. Casos Criminais Superinteressantes	641

CAPÍTULO 22

Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor (Art. 311)	643
1 Conceito do Delito de Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor	643
2. Análise Didática do Tipo Penal	643
3. Objeto Jurídico e material do Delito de Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor.....	643
4. Sujeito Ativo do Delito de Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor.....	644
5. Sujeito Passivo do Delito de Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor	644
6. A Ação Penal do Delito de Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor	644
7. Elemento Subjetivo do Delito de Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor.....	644
8. A Consumação do Delito de Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor	644
9. A Tentativa do Delito de Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor	644
10. Classificação Doutrinária do Delito de Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor	644
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor.....	644
12. Casos Práticos	645
13. Casos Criminais Superinteressantes	645

CAPÍTULO 22-A

Das Fraudes em Certames de Interesse Público (Art. 311-A)	647
1. Conceito do delito de fraudes em certames de interesse público	647
2. Análise didática do tipo penal	647
3. Elemento subjetivo do delito de fraudes em certames de interesse público	649
4. Objeto jurídico e material do delito de fraudes em certames de interesse público	649
5. Sujeito ativo do delito de fraudes em certames de interesse público.....	650
6. Sujeito passivo do delito de fraudes em certames de interesse público	650
7. Ação penal do delito de fraudes em certames de interesse público	650
8. A consumação do delito de fraudes em certames de interesse público	650
9. A tentativa do delito de fraudes em certames de interesse público.....	650
10. Classificação doutrinária do delito de fraudes em certames de interesse público	650

PARTE 22

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO 1

Do Peculato (Art. 312)	655
1. Conceito do Delito de Peculato	655
2. Análise Didática do Tipo Penal	656
3. Objeto Jurídico do Delito de Peculato	658
4. Sujeito Ativo do Delito de Peculato	658
5. Sujeito Passivo do Delito de Peculato	658
6. A Ação Penal do Delito de Peculato	659
7. Elemento Subjetivo do Delito de Peculato	659
8. A Consumação do Delito de Peculato	659
9. A Tentativa do Delito de Peculato	659
10. Classificação Doutrinária do Delito de Peculato	660
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Peculato	660
12. Casos Práticos	662
13. Casos Criminais Superinteressantes	663
14. Outras Divergências na Jurisprudência	672

CAPÍTULO 2

Peculato Mediante Erro de Outrem (Art. 313)	675
1. Conceito do Delito de Peculato Mediante Erro de Outrem.....	675
2. Análise Didática do Tipo Penal	675
3. Objeto Jurídico do Delito de Peculato Mediante Erro de Outrem.....	676
4. Sujeito Ativo do Delito de Peculato Mediante Erro de Outrem	676
5. Sujeito Passivo do Delito de Peculato Mediante Erro de Outrem	676
6. A Ação Penal do Delito de Peculato Mediante Erro de Outrem.....	676
7. Elemento Subjetivo do Delito de Peculato Mediante Erro de Outrem.....	676
8. A Consumação do Delito de Peculato Mediante Erro de Outrem.....	677
9. A Tentativa do Delito de Peculato Mediante Erro de Outrem	677
10. Classificação Doutrinária do Delito de Peculato Mediante Erro de Outrem	677
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Peculato Mediante Erro de Outrem.....	677
12. Caso Prático	677
13. Casos Criminais Superinteressantes	678

CAPÍTULO 3

Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações (Art. 313-A)	679
1. Conceito do Delito de Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações.....	679
2. Análise Didática do Tipo Penal	679
3. Objeto Jurídico do Delito de Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações.....	680
4. Sujeito Ativo do Delito de Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações	680
5. Sujeito Passivo do Delito de Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações	680
6. A Ação Penal do Delito de Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações.....	680
7. Elemento Subjetivo do Delito de Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações.....	680
8. A Consumação do Delito de Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações.....	680

9. A Tentativa do Delito de Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações	680
10. Classificação Doutrinária do Delito de Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações	680
11. Casos Práticos.....	681
12. Casos Criminais Superinteressantes	681

CAPÍTULO 4

Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações (Art. 313-B).....	683
1. Conceito do Delito de Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações.....	683
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	683
3. Objeto Jurídico do Delito de Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações.....	683
4. Sujeito Ativo do Delito de Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações	684
5. Sujeito Passivo do Delito de Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações	684
6. A Ação Penal do Delito de Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações.....	684
7. Elemento Subjetivo do Delito de Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações	684
8. A Consumação do Delito de Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações.....	684
9. A Tentativa do Delito de Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações	684
10. Classificação Doutrinária do Delito de Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações	684
11. Casos Práticos.....	685
12. Casos Criminais Superinteressantes	685

CAPÍTULO 5

Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento (Art. 314).....	687
1. Conceito do Delito de Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento.....	687
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	687
3. Objeto Jurídico do Delito de Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento.....	687
4. Sujeito Ativo do Delito de Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento	687
5. Sujeito Passivo do Delito de Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento	688
6. A Ação Penal do Delito de Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento.....	688
7. Elemento Subjetivo do Delito de Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento	688
8. A Consumação do Delito de Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento.....	688
9. A Tentativa do Delito de Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento.....	688
10. Classificação Doutrinária do Delito de Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento	689
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento	689
12. Casos Práticos	689
13. Casos Criminais Superinteressantes	690

CAPÍTULO 6

Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas (Art. 315).....	691
1. Conceito do Delito de Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas.....	691
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	691
3. Objeto Jurídico do Delito de Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas.....	692
4. Sujeito Ativo do Delito de Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas	692
5. Sujeito Passivo do Delito de Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas.....	692
6. A Ação Penal do Delito de Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas.....	692
7. Elemento Subjetivo do Delito de Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas	692
8. A Consumação do Delito de Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas.....	693
9. A Tentativa do Delito de Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas.....	693

10. Classificação Doutrinária do Delito de Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas	693
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas.....	693
12. Casos Práticos	694
13. Casos Criminais Superinteressantes	694

CAPÍTULO 7

Concussão (Art. 316)	697
1. Conceito do Delito de Concussão	697
2. Análise Didática do Tipo Penal	697
3. Objeto Jurídico do Delito de Concussão	698
4. Sujeito Ativo do Delito de Concussão.....	699
5. Sujeito Passivo do Delito de Concussão.....	699
6. A Ação Penal do Delito de Concussão	699
7. Elemento Subjetivo do Delito de Concussão	700
8. A Consumação do Delito de Concussão	700
9. A Tentativa do Delito de Concussão	701
10. Classificação Doutrinária do Delito de Concussão.....	702
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Concussão	702
12. Casos Práticos	702
13. Casos Criminais Superinteressantes	704
14. Nota Interessante – Curiosidade.....	706

CAPÍTULO 8

Corrupção Passiva (Art. 317)	707
1. Conceito do Delito de Corrupção Passiva.....	707
2. Análise Didática do Tipo Penal	707
3. Objeto Jurídico do Delito de Corrupção Passiva.....	708
4. Sujeito Ativo do Delito de Corrupção Passiva	708
5. Sujeito Passivo do Delito de Corrupção Passiva	709
6. A Ação Penal do Delito de Corrupção Passiva.....	709
7. Elemento Subjetivo do Delito de Corrupção Passiva	709
8. A Consumação do Delito de Corrupção Passiva	709
9. A Tentativa do Delito de Corrupção Passiva.....	709
10. Classificação Doutrinária do Delito de Corrupção Passiva	710
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Corrupção Passiva.....	710
12. Casos Práticos	712
13. Casos Criminais Superinteressantes	713
14. Outras Divergências na Jurisprudência.....	716

CAPÍTULO 9

Facilitação de Contrabando ou Descaminho (Art. 318)	719
1. Conceito do Delito de Facilitação de Contrabando ou Descaminho	719
2. Análise Didática do Tipo Penal	719
3. Objeto Jurídico do Delito de Facilitação de Contrabando ou Descaminho	719
4. Sujeito Ativo do Delito de Facilitação de Contrabando ou Descaminho.....	719
5. Sujeito Passivo do Delito de Facilitação de Contrabando ou Descaminho	720
6. A Ação Penal do Delito de Facilitação de Contrabando ou Descaminho	720

7. Elemento Subjetivo do Delito de Facilitação de Contrabando ou Descaminho	720
8. A Consumação do Delito de Facilitação de Contrabando ou Descaminho	720
9. A Tentativa do Delito de Facilitação de Contrabando ou Descaminho	720
10. Classificação Doutrinária do Delito de Facilitação de Contrabando ou Descaminho.....	720
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Facilitação de Contrabando ou Descaminho.....	720
12. Caso Prático	721
13. Casos Criminais Superinteressantes	721

CAPÍTULO 10

Prevaricação (Art. 319)	723
1. Conceito do Delito de Prevaricação	723
2. Análise Didática do Tipo Penal	723
3. Objeto Jurídico do Delito de Prevaricação	724
4. Sujeito Ativo do Delito de Prevaricação.....	724
5. Sujeito Passivo do Delito de Prevaricação.....	724
6. A Ação Penal do Delito de Prevaricação	724
7. Elemento Subjetivo do Delito de Prevaricação	724
8. A Consumação do Delito de Prevaricação	725
9. A Tentativa do Delito de Prevaricação	725
10. Classificação Doutrinária do Delito de Prevaricação.....	725
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Prevaricação	725
12. Casos Práticos	726
13. Casos Criminais Superinteressantes	726

CAPÍTULO 11

Condescendência Criminosa (Art. 320)	731
1. Conceito do Delito de Condescendência Criminosa	731
2. Análise Didática do Tipo Penal	731
3. Objeto Jurídico do Delito de Condescendência Criminosa	731
4. Sujeito Ativo do Delito de Condescendência Criminosa.....	731
5. Sujeito Passivo do Delito de Condescendência Criminosa.....	732
6. A Ação Penal do Delito de Condescendência Criminosa	732
7. Elemento Subjetivo do Delito de Condescendência Criminosa	732
8. A Consumação do Delito de Condescendência Criminosa	732
9. A Tentativa do Delito de Condescendência Criminosa	732
10. Classificação Doutrinária do Delito de Condescendência Criminosa.....	732
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Condescendência Criminosa.....	733
12. Casos Práticos	733
13. Caso Criminal Superinteressante	734

CAPÍTULO 12

Advocacia Administrativa (Art. 321)	735
1. Conceito do Delito de Advocacia Administrativa	735
2. Análise Didática do Tipo Penal	735
3. Objeto Jurídico do Delito de Advocacia Administrativa	736
4. Sujeito Ativo do Delito de Advocacia Administrativa.....	736

5. Sujeito Passivo do Delito de Advocacia Administrativa	736
6. A Ação Penal do Delito de Advocacia Administrativa	736
7. Elemento Subjetivo do Delito de Advocacia Administrativa.....	736
8. A Consumação do Delito de Advocacia Administrativa	736
9. A Tentativa do Delito de Advocacia Administrativa	736
10. Classificação Doutrinária do Delito de Advocacia Administrativa.....	736
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Advocacia Administrativa ..	737
12. Casos Práticos	737
13. Casos Criminais Superinteressantes	738

CAPÍTULO 13

Violência Arbitrária (Art. 322)	739
--	-----

CAPÍTULO 14

Abandono de Função (Art. 323)	741
1. Conceito do Delito de Abandono de Função	741
2. Análise Didática do Tipo Penal	741
3. Objeto Jurídico do Delito de Abandono de Função	742
4. Sujeito Ativo do Delito de Abandono de Função	742
5. Sujeito Passivo do Delito de Abandono de Função.....	742
6. A Ação Penal do Delito de Abandono de Função	742
7. Elemento Subjetivo do Delito de Abandono de Função.....	742
8. A Consumação do Delito de Abandono de Função.....	742
9. A Tentativa do Delito de Abandono de Função.....	742
10. Classificação Doutrinária do Delito de Abandono de Função	743
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Abandono de Função.....	743
12. Casos Práticos	744
13. Casos Criminais Superinteressantes	744

CAPÍTULO 15

Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado (Art. 324)	747
1. Conceito do Delito de Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado	747
2. Análise Didática do Tipo Penal	747
3. Objeto Jurídico do Delito de Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado	748
4. Sujeito Ativo do Delito de Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado	748
5. Sujeito Passivo do Delito de Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado.....	748
6. A Ação Penal do Delito de Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado	748
7. Elemento Subjetivo do Delito de Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado	748
8. A Consumação do Delito de Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado	748
9. A Tentativa do Delito de Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado.....	749
10. Classificação Doutrinária do Delito de Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado	749
11. Questão Importante sobre o Delito de Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado.....	749
12. Casos Práticos	749
13. Casos Criminais Superinteressantes	749

CAPÍTULO 16

Violação de Sigilo Funcional (Art. 325)	751
1. Conceito do Delito de Violação de Sigilo Funcional	751
2. Análise Didática do Tipo Penal	751
3. Objeto Jurídico do Delito de Violação de Sigilo Funcional	752

4. Sujeito Ativo do Delito de Violação de Sigilo Funcional	752
5. Sujeito Passivo do Delito de Violação de Sigilo Funcional.....	753
6. A Ação Penal do Delito de Violação de Sigilo Funcional	753
7. Elemento Subjetivo do Delito de Violação de Sigilo Funcional	753
8. A Consumação do Delito de Violação de Sigilo Funcional	753
9. A Tentativa do Delito de Violação de Sigilo Funcional	753
10. Classificação Doutrinária do Delito de Violação de Sigilo Funcional	753
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Violação de Sigilo Funcional	754
12. Casos Práticos	754
13. Casos Criminais Superinteressantes	755

CAPÍTULO 17

Violação do Sigilo de Proposta de Concorrência (Art. 326)	757
1. Análise Didática do Tipo Penal	757

CAPÍTULO 18

Funcionário Público (Art. 327)	759
1. O Conceito de Funcionário Público	759
2. Casos Criminais Superinteressantes	761

PARTE 23

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

CAPÍTULO 1

Usurpação de Função Pública (Art. 328)	767
1. Conceito do Delito de Usurpação de Função Pública	767
2. Análise Didática do Tipo Penal	767
3. Objeto Jurídico do Delito de Usurpação de Função Pública	767
4. Sujeito Ativo do Delito de Usurpação de Função Pública	768
5. Sujeito Passivo do Delito de Usurpação de Função Pública	768
6. A Ação Penal do Delito de Usurpação de Função Pública	768
7. Elemento Subjetivo do Delito de Usurpação de Função Pública	768
8. A Consumação do Delito de Usurpação de Função Pública	768
9. A Tentativa do Delito de Usurpação de Função Pública	768
10. Classificação Doutrinária do Delito de Usurpação de Função Pública	768
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Usurpação de Função Pública	769
12. Casos Práticos	769
13. Casos Criminais Superinteressantes	769

CAPÍTULO 2

Da Resistência (Art. 329)	771
1. Conceito do Delito de Resistência.....	771
2. Análise Didática do Tipo Penal	771
3. Objeto Jurídico do Delito de Resistência.....	772
4. Sujeito Ativo do Delito de Resistência	772
5. Sujeito Passivo do Delito de Resistência	772

6. A Ação Penal do Delito de Resistência.....	772
7. Elemento Subjetivo do Delito de Resistência.....	773
8. A Consumação do Delito de Resistência.....	773
9. A Tentativa do Delito de Resistência.....	773
10. Classificação Doutrinária do Delito de Resistência.....	774
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Resistência.....	774
12. Casos Práticos.....	774
13. Casos Criminais Superinteressantes.....	776

CAPÍTULO 3

Desobediência (Art. 330).....	781
1. Conceito do Delito de Desobediência.....	781
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	781
3. Objeto Jurídico do Delito de Desobediência.....	783
4. Sujeito Ativo do Delito de Desobediência.....	784
5. Sujeito Passivo do Delito de Desobediência.....	784
6. A Ação Penal do Delito de Desobediência.....	784
7. Elemento Subjetivo do Delito de Desobediência.....	784
8. A Consumação do Delito de Desobediência.....	785
9. A Tentativa do Delito de Desobediência.....	785
10. Classificação Doutrinária do Delito de Desobediência.....	785
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Desobediência.....	785
12. Casos Práticos.....	786
13. Casos Criminais Superinteressantes.....	788

CAPÍTULO 4

Desacato (Art. 331).....	793
1. Conceito do Delito de Desacato.....	793
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	793
3. Objeto Jurídico do Delito de Desacato.....	795
4. Sujeito Ativo do Delito de Desacato.....	795
5. Sujeito Passivo do Delito de Desacato.....	796
6. A Ação Penal do Delito de Desacato.....	797
7. Elemento Subjetivo do Delito de Desacato.....	797
8. A Consumação do Delito de Desacato.....	797
9. A Tentativa do Delito de Desacato.....	797
10. Classificação Doutrinária do Delito de Desacato.....	797
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Desacato.....	797
12. Casos Práticos.....	798
13. Casos Criminais Superinteressantes.....	799

CAPÍTULO 5

Tráfico de Influência (Art. 332).....	803
1. Conceito do Delito de Tráfico de Influência.....	803
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	803
3. Objeto Jurídico do Delito de Tráfico de Influência.....	804
4. Sujeito Ativo do Delito de Tráfico de Influência.....	804
5. Sujeito Passivo do Delito de Tráfico de Influência.....	804

6. A Ação Penal do Delito de Tráfico de Influência	805
7. Elemento Subjetivo do Delito de Tráfico de Influência	805
8. A Consumação do Delito de Tráfico de Influência	805
9. A Tentativa do Delito de Tráfico de Influência	805
10. Classificação Doutrinária do Delito de Tráfico de Influência	805
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Tráfico de Influência	805
12. Casos Práticos	806
13. Casos Criminais Superinteressantes	806

CAPÍTULO 6

Corrupção Ativa (Art. 333)	809
1. Conceito do Delito de Corrupção Ativa	809
2. Análise Didática do Tipo Penal	809
3. Objeto Jurídico do Delito de Corrupção Ativa	811
4. Sujeito Ativo do Delito de Corrupção Ativa	811
5. Sujeito Passivo do Delito de Corrupção Ativa	811
6. A Ação Penal do Delito de Corrupção Ativa	811
7. Elemento Subjetivo do Delito de Corrupção Ativa	811
8. A Consumação do Delito de Corrupção Ativa	811
9. A Tentativa do Delito de Corrupção Ativa	812
10. Classificação Doutrinária do Delito de Corrupção Ativa	812
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Corrupção Ativa	812
12. Casos Práticos	813
13. Casos Criminais Superinteressantes	814

CAPÍTULO 7

Descaminho (Art. 334)	817
1. Conceito do delito de descaminho	817
2. Análise didática do tipo penal	818
3. Elemento subjetivo do delito de descaminho	818
4. Objeto jurídico do delito de descaminho	818
5. Sujeito ativo do delito de descaminho	818
6. Sujeito passivo do delito de descaminho	818
7. Ação penal do delito de descaminho	818
8. A consumação do delito de descaminho	819
9. A tentativa do delito de descaminho	819
10. Classificação doutrinária do delito de descaminho	820

CAPÍTULO 8

Do delito de contrabando (Art. 334-A)	821
1. Conceito do delito de contrabando	821
2. Análise didática do tipo penal	821
3. Elemento subjetivo do delito de contrabando	822
4. Objeto jurídico do delito de contrabando	822
5. Sujeito ativo do delito de contrabando	822
6. Sujeito passivo do delito de contrabando	822
7. Ação penal do delito de contrabando	822
8. A consumação do delito de contrabando	822
9. Classificação doutrinária do delito de contrabando	823
10. Casos Criminais Superinteressantes	824

CAPÍTULO 9

Impedimento, Perturbação ou Fraude de Concorrência (Art. 335)	829
1. Análise Didática do Tipo Penal	829
2. Da Revogação	829

CAPÍTULO 10

Inutilização de Edital ou de Sinal (Art. 336)	831
1. Conceito do Delito de Inutilização de Edital ou de Sinal	831
2. Análise Didática do Tipo Penal	831
3. Objeto Jurídico do Delito de Inutilização de Edital ou de Sinal	831
4. Sujeito Ativo do Delito de Inutilização de Edital ou de Sinal	831
5. Sujeito Passivo do Delito de Inutilização de Edital ou de Sinal	831
6. A Ação Penal do Delito de Inutilização de Edital ou de Sinal	831
7. Elemento Subjetivo do Delito de Inutilização de Edital ou de Sinal	831
8. A Consumação do Delito de Inutilização de Edital ou de Sinal	832
9. A Tentativa do Delito de Inutilização de Edital ou de Sinal	832
10. Classificação Doutrinária do Delito de Inutilização de Edital ou de Sinal	832
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Inutilização de Edital ou de Sinal	832
12. Casos Práticos	833
13. Casos Criminais Superinteressantes	833

CAPÍTULO 11

Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento (Art. 337)	835
1. Conceito do Delito de Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento	835
2. Análise Didática do Tipo Penal	835
3. Objeto Jurídico do Delito de Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento	836
4. Sujeito Ativo do Delito de Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento	836
5. Sujeito Passivo do Delito de Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento	836
6. A Ação Penal do Delito de Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento	836
7. Elemento Subjetivo do Delito de Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento	836
8. A Consumação do Delito de Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento	836
9. A Tentativa do Delito de Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento	837
10. Classificação Doutrinária do Delito de Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento	837
11. Questão Importante sobre o Delito de Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento	837
12. Casos Práticos	838
13. Casos Criminais Superinteressantes	838

CAPÍTULO 12

Sonegação de contribuição previdenciária (Art. 337-A)	841
--	-----

CAPÍTULO 13

Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Pública Estrangeira	847
1. Corrupção ativa em transação comercial internacional	847
2. Tráfico de influência em transação comercial internacional	848

CAPÍTULO II-B - DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1. Conceito do Delito de contratação direta ilegal	849
2. Análise Didática do Tipo Penal	849
3. Objeto Jurídico do Delito de contratação direta ilegal	850
4. Sujeito Ativo do Delito de contratação direta ilegal	850
5. Sujeito Passivo do Delito de contratação direta ilegal	850
6. A Ação Penal do Delito de contratação direta ilegal	851
7. Elemento Subjetivo do Delito de contratação direta ilegal	851
8. A Consumação do Delito de contratação direta ilegal	851
9. A Tentativa do Delito de contratação direta ilegal	852
10. Classificação Doutrinária do Delito de contratação direta ilegal	852

FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DE LICITAÇÃO (ART. 337-F)

1. Conceito do Delito de frustração do caráter competitivo de licitação	852
2. Análise Didática do Tipo Penal	852
3. Objeto Jurídico do Delito de frustração do caráter competitivo de licitação	852
4. Sujeito Ativo do Delito de frustração do caráter competitivo de licitação	853
5. Sujeito Passivo do Delito de frustração do caráter competitivo de licitação	853
6. A Ação Penal do Delito de frustração do caráter competitivo de licitação	853
7. Elemento Subjetivo do Delito de frustração do caráter competitivo de licitação	853
8. A Consumação do Delito de frustração do caráter competitivo de licitação	853
9. A Tentativa do Delito de frustração do caráter competitivo de licitação	854
10. Classificação Doutrinária do Delito de frustração do caráter competitivo de licitação	854

PATROCÍNIO DE CONTRATAÇÃO INDEVIDA (ART. 337-G)

1. Conceito do Delito de patrocínio de contratação indevida	854
2. Análise Didática do Tipo Penal	854
3. Objeto Jurídico do Delito de patrocínio de contratação indevida	855
4. Sujeito Ativo do Delito de patrocínio de contratação indevida	855
5. Sujeito Passivo do Delito de patrocínio de contratação indevida	855
6. A Ação Penal do Delito de patrocínio de contratação indevida	855
7. Elemento Subjetivo do Delito de patrocínio de contratação indevida	855
8. A Consumação do Delito de patrocínio de contratação indevida	855
9. A Tentativa do Delito de patrocínio de contratação indevida	856
10. Classificação Doutrinária do Delito de patrocínio de contratação indevida	856

MODIFICAÇÃO OU PAGAMENTO IRREGULAR EM CONTRATO ADMINISTRATIVO (ART. 337-H)

1. Conceito do Delito de Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	856
2. Análise Didática do Tipo Penal	856
3. Objeto Jurídico do Delito de Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	857
4. Sujeito Ativo do Delito de Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	857
5. Sujeito Passivo do Delito de Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	857
6. A Ação Penal do Delito de Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	857
7. Elemento Subjetivo do Delito de Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	858
8. A Consumação do Delito de Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	858
9. A Tentativa do Delito de Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	858
10. Classificação Doutrinária do Delito de Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	858

PERTURBAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO (ART. 337-I)

1. Conceito do Delito de perturbação de processo licitatório	859
2. Análise Didática do Tipo Penal	859
3. Objeto Jurídico do Delito de perturbação de processo licitatório	859
4. Sujeito Ativo do Delito de perturbação de processo licitatório	859
5. Sujeito Passivo do Delito de perturbação de processo licitatório	859
6. A Ação Penal do Delito de perturbação de processo licitatório	859
7. Elemento Subjetivo do Delito de perturbação de processo licitatório	860
8. A Consumação do Delito de perturbação de processo licitatório	860
9. A Tentativa do Delito de perturbação de processo licitatório	860
10. Classificação Doutrinária do Delito de perturbação de processo licitatório	860

VIOLAÇÃO DE SIGILO EM LICITAÇÃO (ART. 337-J).

1. Conceito do Delito de violação de sigilo em licitação	860
2. Análise Didática do Tipo Penal	860
3. Objeto Jurídico do Delito de violação de sigilo em licitação	861
4. Sujeito Ativo do Delito de violação de sigilo em licitação	861
5. Sujeito Passivo do Delito de violação de sigilo em licitação	861
6. A Ação Penal do Delito de violação de sigilo em licitação	861
7. Elemento Subjetivo do Delito de violação de sigilo em licitação	861
8. A Consumação do Delito de violação de sigilo em licitação	861
9. A Tentativa do Delito de violação de sigilo em licitação	861
10. Classificação Doutrinária do Delito de violação de sigilo em licitação	861

AFASTAMENTO DE LICITANTE (ART. 337-K)

1. Conceito do Delito de Afastamento de licitante	862
2. Análise Didática do Tipo Penal	862
3. Objeto Jurídico do Delito de Afastamento de licitante	862
4. Sujeito Ativo do Delito de Afastamento de licitante	862
5. Sujeito Passivo do Delito de Afastamento de licitante	862
6. A Ação Penal do Delito de Afastamento de licitante	862
7. Elemento Subjetivo do Delito de Afastamento de licitante	863
8. A Consumação do Delito de Afastamento de licitante	863
9. A Tentativa do Delito de Afastamento de licitante	863
10. Classificação Doutrinária do Delito de Afastamento de licitante	863

FRAUDE EM LICITAÇÃO OU CONTRATO (ART. 337-L)

1. Conceito do Delito de Fraude em licitação ou contrato	863
2. Análise Didática do Tipo Penal	863
3. Objeto Jurídico do Delito de Fraude em licitação ou contrato	864
4. Sujeito Ativo do Delito de Fraude em licitação ou contrato	864
5. Sujeito Passivo do Delito de Fraude em licitação ou contrato	864
6. A Ação Penal do Delito de Fraude em licitação ou contrato	864
7. Elemento Subjetivo do Delito de Fraude em licitação ou contrato	864
8. A Consumação do Delito de Fraude em licitação ou contrato	864
9. A Tentativa do Delito de Fraude em licitação ou contrato	864
10. Classificação Doutrinária do Delito de Fraude em licitação ou contrato	865

CONTRATAÇÃO INIDÔNEA (ART. 337-M)

1. Conceito do Delito de contratação inidônea.....	865
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	865
3. Objeto Jurídico do Delito de contratação inidônea.....	865
4. Sujeito Ativo do Delito de contratação inidônea.....	866
5. Sujeito Passivo do Delito de contratação inidônea.....	866
6. A Ação Penal do Delito de contratação inidônea.....	866
7. Elemento Subjetivo do Delito de contratação inidônea.....	866
8. A Consumação do Delito de contratação inidônea.....	867
9. A Tentativa do Delito de contratação inidônea.....	867
10. Classificação Doutrinária do Delito de contratação inidônea.....	867

IMPEDIMENTO INDEVIDO (ART. 337-N)

1. Conceito do Delito de Impedimento indevido.....	867
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	867
3. Objeto Jurídico do Delito de Impedimento indevido.....	868
4. Sujeito Ativo do Delito de Impedimento indevido.....	868
5. Sujeito Passivo do Delito de Impedimento indevido.....	868
6. A Ação Penal do Delito de Impedimento indevido.....	868
7. Elemento Subjetivo do Delito de Impedimento indevido.....	868
8. A Consumação do Delito de Impedimento indevido.....	868
9. A Tentativa do Delito de Impedimento indevido.....	868
10. Classificação Doutrinária do Delito de Impedimento indevido.....	868

OMISSÃO GRAVE DE DADO OU DE INFORMAÇÃO POR PROJETISTA (ART. 337-O)

1. Conceito do Delito de omissão grave de dado ou de informação por projetista.....	869
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	869
3. Objeto Jurídico do Delito de omissão grave de dado ou de informação por projetista.....	869
4. Sujeito Ativo do Delito de omissão grave de dado ou de informação por projetista.....	869
5. Sujeito Passivo do Delito de omissão grave de dado ou de informação por projetista.....	869
6. A Ação Penal do Delito de omissão grave de dado ou de informação por projetista.....	869
7. Elemento Subjetivo do Delito de omissão grave de dado ou de informação por projetista.....	870
8. A Consumação do Delito de omissão grave de dado ou de informação por projetista.....	870
9. A Tentativa do Delito de omissão grave de dado ou de informação por projetista.....	870

CAPÍTULO 14

Reingresso de Estrangeiro Expulso (Art. 338).....	871
1. Conceito do Delito de Reingresso de Estrangeiro Expulso.....	871
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	871
3. Objeto Jurídico do Delito de Reingresso de Estrangeiro Expulso.....	872
4. Sujeito Ativo do Delito de Reingresso de Estrangeiro Expulso.....	872
5. Sujeito Passivo do Delito de Reingresso de Estrangeiro Expulso.....	872
6. A Ação Penal do Delito de Reingresso de Estrangeiro Expulso.....	872
7. Elemento Subjetivo do Delito de Reingresso de Estrangeiro Expulso.....	872
8. A Consumação do Delito de Reingresso de Estrangeiro Expulso.....	873
9. A Tentativa do Delito de Reingresso de Estrangeiro Expulso.....	873
10. Classificação Doutrinária do Delito de Reingresso de Estrangeiro Expulso.....	873
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Reingresso de Estrangeiro Expulso.....	873
12. Casos Práticos.....	874
13. Casos Criminais Superinteressantes.....	874

CAPÍTULO 15

Denúncia Caluniosa (Art. 339 com a nova redação estabelecida pela lei nº 14.110, de 2020, em vigor a partir do dia 21.12.2020)	877
1. Conceito do Delito de Denúncia Caluniosa	877
2. Análise Didática do Tipo Penal	879
3. Objeto Jurídico do Delito de Denúncia Caluniosa	881
4. Sujeito Ativo do Delito de Denúncia Caluniosa	881
5. Sujeito Passivo do Delito de Denúncia Caluniosa	881
6. A Ação Penal do Delito de Denúncia Caluniosa	882
7. Elemento Subjetivo do Delito de Denúncia Caluniosa	882
8. A Consumação do Delito de Denúncia Caluniosa	882
9. A Tentativa do Delito de Denúncia Caluniosa	883
10. Classificação Doutrinária do Delito de Denúncia Caluniosa	883
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Denúncia Caluniosa	883
12. Casos Práticos	885
13. Casos Criminais Superinteressantes	886

CAPÍTULO 16

Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção (Art. 340)	889
1. Conceito do Delito de Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção	889
2. Análise Didática do Tipo Penal	889
3. Objeto Jurídico do Delito de Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção	890
4. Sujeito Ativo do Delito de Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção	890
5. Sujeito Passivo do Delito de Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção	890
6. A Ação Penal do Delito de Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção	890
7. Elemento Subjetivo do Delito de Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção.....	890
8. A Consumação do Delito de Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção	891
9. A Tentativa do Delito de Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção	891
10. Classificação Doutrinária do Delito de Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção.....	892
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção.....	892
12. Casos Práticos	892
13. Casos Criminais Superinteressantes	893

CAPÍTULO 17

Autoacusação Falsa (Art. 341)	897
1. Conceito do Delito de Autoacusação Falsa.....	897
2. Análise Didática do Tipo Penal	897
3. Objeto Jurídico do Delito de Autoacusação Falsa	898
4. Sujeito Ativo do Delito de Autoacusação Falsa	898
5. Sujeito Passivo do Delito de Autoacusação Falsa	898
6. A Ação Penal do Delito de Autoacusação Falsa	898
7. Elemento Subjetivo do Delito de Autoacusação Falsa	898
8. A Consumação do Delito de Autoacusação Falsa	898
9. A Tentativa do Delito de Autoacusação Falsa.....	899
10. Classificação Doutrinária do Delito de Autoacusação Falsa	899
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Autoacusação Falsa.....	899
12. Casos Práticos	900
13. Casos Criminais Superinteressantes	901

CAPÍTULO 18

Falso Testemunho ou Falsa Perícia (Art. 342)	903
1. Conceito do Delito de Falso Testemunho ou Falsa Perícia.....	903
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	903
3. Objeto Jurídico do Delito de Falso Testemunho ou Falsa Perícia.....	906
4. Sujeito Ativo do Delito de Falso Testemunho ou Falsa Perícia.....	906
5. Sujeito Passivo do Delito de Falso Testemunho ou Falsa Perícia.....	906
6. A Ação Penal do Delito de Falso Testemunho ou Falsa Perícia.....	906
7. Elemento Subjetivo do Delito de Falso Testemunho ou Falsa Perícia.....	906
8. A Consumação do Delito de Falso Testemunho ou Falsa Perícia.....	907
9. A Tentativa do Delito de Falso Testemunho ou Falsa Perícia.....	907
10. Classificação Doutrinária do Delito de Falso Testemunho ou Falsa Perícia.....	908
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Falso Testemunho ou Falsa Perícia.....	908
12. Casos Práticos.....	910
13. Casos Criminais Superinteressantes.....	911
14. Outras Divergências na Jurisprudência.....	919

CAPÍTULO 19

Falso Testemunho e Perícia na Forma Ativa (Art. 343)	921
1. Conceito do Delito de Falso Testemunho e Perícia na Forma Ativa.....	921
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	921
3. Objeto Jurídico do Delito de Falso Testemunho e Perícia na Forma Ativa.....	922
4. Sujeito Ativo do Delito de Falso Testemunho e Perícia na Forma Ativa.....	922
5. Sujeito Passivo do Delito de Falso Testemunho e Perícia na Forma Ativa.....	922
6. A Ação Penal do Delito de Falso Testemunho e Perícia na Forma Ativa.....	922
7. Elemento Subjetivo do Delito de Falso Testemunho e Perícia na Forma Ativa.....	922
8. A Consumação do Delito de Falso Testemunho e Perícia na Forma Ativa.....	922
9. A Tentativa do Delito de Falso Testemunho e Perícia na Forma Ativa.....	923
10. Classificação Doutrinária do Delito de Falso Testemunho e Perícia na Forma Ativa.....	923
11. Questão Importante retirada do contexto prático forense sobre o Delito de Falso Testemunho e Perícia na Forma Ativa.....	923
12. Casos Práticos.....	923
13. Casos Criminais Superinteressantes.....	924

CAPÍTULO 20

Coação no Curso do Processo (Art. 344)	925
1. Conceito do Delito de Coação no Curso do Processo.....	925
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	925
3. Objeto Jurídico do Delito de Coação no Curso do Processo.....	926
4. Sujeito Ativo do Delito de Coação no Curso do Processo.....	926
5. Sujeito Passivo do Delito de Coação no Curso do Processo.....	926
6. A Ação Penal do Delito de Coação no Curso do Processo.....	926
7. Elemento Subjetivo do Delito de Coação no Curso do Processo.....	926
8. A Consumação do Delito de Coação no Curso do Processo.....	927
9. A Tentativa do Delito de Coação no Curso do Processo.....	927
10. Classificação Doutrinária do Delito de Coação no Curso do Processo.....	927
11. Questão Importante sobre o Delito de Coação no Curso do Processo.....	927
12. Casos Práticos.....	927
13. Casos Criminais Superinteressantes.....	927

CAPÍTULO 21

Exercício Arbitrário das Próprias Razões (Art. 345)	931
1. Conceito do Delito de Exercício Arbitrário das Próprias Razões.....	931
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	931
3. Objeto Jurídico do Delito de Exercício Arbitrário das Próprias Razões.....	932
4. Sujeito Ativo do Delito de Exercício Arbitrário das Próprias Razões.....	932
5. Sujeito Passivo do Delito de Exercício Arbitrário das Próprias Razões.....	932
6. A Ação Penal do Delito de Exercício Arbitrário das Próprias Razões.....	932
7. Elemento Subjetivo do Delito de Exercício Arbitrário das Próprias Razões.....	933
8. A Consumação do Delito de Exercício Arbitrário das Próprias Razões.....	933
9. A Tentativa do Delito de Exercício Arbitrário das Próprias Razões.....	933
10. Classificação Doutrinária do Delito de Exercício Arbitrário das Próprias Razões.....	933
11. Casos Práticos.....	934
12. Casos Criminais Superinteressantes.....	934

CAPÍTULO 22

Subtração ou Dano de Coisa Própria em Poder de Terceiro (Art. 346)	937
1. Conceito do Delito de Subtração ou Dano de Coisa Própria em Poder de Terceiro.....	937
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	937
3. Objeto Jurídico do Delito de Subtração ou Dano de Coisa Própria em Poder de Terceiro.....	937
4. Sujeito Ativo do Delito de Subtração ou Dano de Coisa Própria em Poder de Terceiro.....	937
5. Sujeito Passivo do Delito de Subtração ou Dano de Coisa Própria em Poder de Terceiro.....	938
6. A Ação Penal do Delito de Subtração ou Dano de Coisa Própria em Poder de Terceiro.....	938
7. O Elemento Subjetivo do Delito de Subtração ou Dano de Coisa Própria em Poder de Terceiro.....	938
8. A Consumação do Delito de Subtração ou Dano de Coisa Própria em Poder de Terceiro.....	938
9. A Tentativa do Delito de Subtração ou Dano de Coisa Própria em Poder de Terceiro.....	938
10. Classificação Doutrinária do Delito de Subtração ou Dano de Coisa Própria em Poder de Terceiro.....	938
11. Questão Importante sobre o Delito de Subtração ou Dano de Coisa Própria em Poder de Terceiro.....	938
12. Casos Práticos.....	939
13. Casos Criminais Superinteressantes.....	939

CAPÍTULO 23

Fraude Processual (Art. 347)	941
1. Conceito do Delito de Fraude Processual.....	941
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	941
3. Objeto Jurídico do Delito de Fraude Processual.....	943
4. Sujeito Ativo do Delito de Fraude Processual.....	943
5. Sujeito Passivo do Delito de Fraude Processual.....	943
6. A Ação Penal do Delito de Fraude Processual.....	943
7. Elemento Subjetivo do Delito de Fraude Processual.....	943
8. A Consumação do Delito de Fraude Processual.....	943
9. A Tentativa do Delito de Fraude Processual.....	943
10. Classificação Doutrinária do Delito de Fraude Processual.....	944
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Fraude Processual.....	944
12. Casos Práticos.....	944
13. Caso Criminal Superinteressante.....	945

CAPÍTULO 23.1 (CAPÍTULO BÔNUS)

Crime de causar impedimento ou embaraço à investigação criminal na persecução extrajudicial ou judicial (artigo 2º, § 1º da Lei 12.850/2013).	949
1. Conceito	949
2. Análise didática do tipo penal	949
3. Elemento subjetivo do crime de causar impedimento ou embaraço à investigação criminal na persecução extrajudicial ou judicial	950
4. Objeto jurídico do crime de causar impedimento ou embaraço à investigação criminal na persecução extrajudicial ou judicial	950
5. Sujeito ativo do crime de causar impedimento ou embaraço à investigação criminal na persecução extrajudicial ou judicial	950
6. Sujeito passivo do crime de causar impedimento ou embaraço à investigação criminal na persecução extrajudicial ou judicial	950
7. Ação penal do crime de causar impedimento ou embaraço à investigação criminal na persecução extrajudicial ou judicial	950
8. A consumação do crime de causar impedimento ou embaraço à investigação criminal na persecução extrajudicial ou judicial	951
9. A tentativa do crime de causar impedimento ou embaraço à investigação criminal na persecução extrajudicial ou judicial	951
10. Classificação doutrinária do crime de causar impedimento ou embaraço à investigação criminal na persecução extrajudicial ou judicial	951
11. A lei do abuso de autoridade e o crime de inovação artificiosa	951

CAPÍTULO 24

Favorecimento Pessoal (Art. 348)	953
1. Conceito do Delito de Favorecimento Pessoal	953
2. Análise Didática do Tipo Penal	953
3. Objeto Jurídico do Delito de Favorecimento Pessoal	954
4. Sujeito Ativo do Delito de Favorecimento Pessoal	954
5. Sujeito Passivo do Delito de Favorecimento Pessoal	955
6. A Ação Penal do Delito de Favorecimento Pessoal	955
7. Elemento Subjetivo do Delito de Favorecimento Pessoal	955
8. A Consumação do Delito de Favorecimento Pessoal	955
9. A Tentativa do Delito de Favorecimento Pessoal	956
10. Classificação Doutrinária do Delito de Favorecimento Pessoal	956
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Favorecimento Pessoal	956
12. Casos Práticos	956
13. Casos Criminais Superinteressantes	957

CAPÍTULO 25

Favorecimento Real (Art. 349)	961
1. Conceito do Delito de Favorecimento Real	961
2. Análise Didática do Tipo Penal	961
3. Objeto Jurídico do Delito de Favorecimento Real	962
4. Sujeito Ativo do Delito de Favorecimento Real	962
5. Sujeito Passivo do Delito de Favorecimento Real	962
6. A Ação Penal do Delito de Favorecimento Real	962
7. Elemento Subjetivo do Delito de Favorecimento Real	962

8. A Consumação do Delito de Favorecimento Real	962
9. A Tentativa do Delito de Favorecimento Real.....	962
10. Classificação Doutrinária do Delito de Favorecimento Real	962
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Delito de Favorecimento Real.....	962
12. Casos Práticos	963
13. Casos Criminais Superinteressantes	964

CAPÍTULO 26

Ingresso de aparelhos de comunicação móvel ou similar, sem autorização, em estabelecimento prisional (Art. 349-A)..	965
1. Ingresso de Aparelhos de Comunicação Móvel ou Similar, sem Autorização, em Estabelecimento Prisional.....	965
2. Objeto Jurídico	966
3. Sujeito Ativo.....	966
4. Sujeito Passivo.....	966
5. Ação Penal	966
6. Elemento Subjetivo.....	967
7. Da Consumação.....	967
8. Da Tentativa.....	967
9. Classificação Doutrinária.....	967
10. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Tema	967
11. Casos Práticos.....	967
12. Casos Criminais Superinteressantes	968

CAPÍTULO 27

Exercício Arbitrário ou Abuso de Poder (Art. 350)	971
--	-----

CAPÍTULO 28

Fuga de Pessoa Presa ou Submetida à Medida de Segurança (Art. 351).....	973
1. Conceito do Delito de Fuga de Pessoa Presa ou Submetida à Medida de Segurança	973
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	973
3. Objeto Jurídico	974
4. Sujeito Ativo.....	974
5. Sujeito Passivo.....	975
6. A Ação Penal	975
7. Elemento Subjetivo.....	975
8. A Consumação	975
9. A Tentativa	975
10. Classificação Doutrinária.....	975
11. Questão Importante	975
12. Casos Práticos	976
13. Casos Criminais Superinteressantes	976

CAPÍTULO 29

Evasão Mediante Violência Contra a Pessoa (Art. 352)	979
1. Conceito do Delito de Evasão Mediante Violência Contra a Pessoa.....	979
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	979
3. Objeto Jurídico	979
4. Sujeito Ativo.....	980
5. Sujeito Passivo.....	980

6. A Ação Penal	980
7. Elemento Subjetivo.....	980
8. A Consumação	980
9. A Tentativa	980
10. Classificação Doutrinária.....	980
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático	981
12. Casos Práticos	981
13. Casos Criminais Superinteressantes	981

CAPÍTULO 30

Arrebatamento de Preso (Art. 353).....	985
1. Conceito do Delito de Arrebatamento de Preso	985
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	985
3. Objeto Jurídico	985
4. Sujeito Ativo.....	986
5. Sujeito Passivo	986
6. A Ação Penal	986
7. Elemento Subjetivo.....	986
8. A Consumação	986
9. A Tentativa	986
10. Classificação Doutrinária.....	986
11. Casos Práticos.....	986
12. Casos Criminais Superinteressantes	987

CAPÍTULO 31

Motim de Presos (Art. 354).....	989
1. Conceito do Delito de Motim de Presos	989
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	989
3. Objeto Jurídico	990
4. Sujeito Ativo.....	990
5. Sujeito Passivo.....	990
6. A Ação Penal	990
7. Elemento Subjetivo.....	990
8. A Consumação	990
9. A Tentativa	990
10. Classificação Doutrinária.....	990
11. Casos Práticos.....	991
12. Casos Criminais Superinteressantes	991

CAPÍTULO 32

Patrocínio Infiel, Patrocínio Simultâneo ou Tergiversação (Art. 355).....	993
1. Conceito do Delito de Patrocínio Infiel, Patrocínio Simultâneo ou Tergiversação.....	993
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	993
3. Objeto Jurídico	994
4. Sujeito Ativo.....	994
5. Sujeito Passivo.....	994
6. A Ação Penal	994
7. Elemento Subjetivo.....	994

8. A Consumação	995
9. A Tentativa	995
10. Classificação Doutrinária.....	995
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático	995
12. Casos Práticos	996
13. Casos Criminais Superinteressantes	996

CAPÍTULO 33

Sonegação de Papel ou Objeto de Valor Probatório (Art. 356).....	999
1. Conceito do Delito de Sonegação de Papel ou Objeto de Valor Probatório	999
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	999
3. Objeto Jurídico	1000
4. Sujeito Ativo.....	1000
5. Sujeito Passivo.....	1000
6. A Ação Penal	1000
7. Elemento Subjetivo.....	1000
8. A Consumação	1000
9. A Tentativa	1001
10. Classificação Doutrinária.....	1001
11. Questão Importante	1001
12. Caso Prático	1001
13. Caso Criminal Superinteressante.....	1001
14. Outras Divergências na Jurisprudência.....	1002

CAPÍTULO 34

Exploração de Prestígio (Art. 357).....	1003
1. Conceito do Delito de Exploração de Prestígio.....	1003
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	1003
3. Objeto Jurídico	1004
4. Sujeito Ativo.....	1004
5. Sujeito Passivo.....	1004
6. A Ação Penal	1004
7. Elemento Subjetivo.....	1004
8. A Consumação	1005
9. A Tentativa	1005
10. Classificação Doutrinária.....	1005
11. Questões Importantes elaboradas no contexto forense prático sobre o Tema.....	1005
12. Casos Práticos	1006
13. Casos Criminais Superinteressantes	1006

CAPÍTULO 35

Violência ou Fraude em Arrematação Judicial (Art. 358).....	1007
1. Conceito do Delito de Violência ou Fraude em Arrematação Judicial.....	1007
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	1007
3. Objeto Jurídico	1008
4. Sujeito Ativo.....	1008
5. Sujeito Passivo.....	1008
6. A Ação Penal	1008

7. Elemento Subjetivo.....	1008
8. A Consumação	1008
9. A Tentativa	1008
10. Classificação Doutrinária.....	1008
11. Casos Práticos.....	1009
12. Casos Criminais Superinteressantes	1009

CAPÍTULO 36

Desobediência à Decisão Judicial Sobre Perda ou Suspensão de Direito (Art. 359).....	1011
1. Conceito do Delito de Desobediência à Decisão Judicial sobre Perda ou Suspensão de Direito	1011
2. Análise Didática do Tipo Penal.....	1011
3. Objeto Jurídico	1012
4. Sujeito Ativo.....	1012
5. Sujeito Passivo.....	1012
6. A Ação Penal	1012
7. Elemento Subjetivo.....	1012
8. A Consumação	1012
9. A Tentativa	1012
10. Classificação Doutrinária.....	1012
11. Questão Importante	1012
12. Casos Práticos	1013
13. Casos Criminais Superinteressantes	1013

PARTE 25

DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1

Contratação de Operação de Crédito (Art. 359-A)	1017
1. Análise Didática do Tipo Penal de Contratação de Operação de Crédito	1017
2. Objeto Jurídico	1018
3. Sujeito Ativo.....	1018
4. Sujeito Passivo.....	1018
5. Ação Penal	1018
6. Elemento Subjetivo.....	1018
7. Da Consumação e da Tentativa	1019
8. Dívida consolidada:	1019

CAPÍTULO 2

Inscrição de Despesas não Empenhadas em Restos a Pagar (Art. 359-B)	1021
1. Análise Didática do Tipo Penal de Inscrição de Despesas Não Empenhadas em Restos a Pagar	1021
2. Objeto Jurídico	1022
3. Sujeito Ativo.....	1022
4. Sujeito Passivo.....	1022
5. Ação Penal	1022
6. Elemento Subjetivo.....	1022
7. Da Consumação e da Tentativa	1023

CAPÍTULO 3

Assunção de Obrigação no Último Ano do Mandato ou Legislatura (Art. 359-C)	1025
1. Análise Didática do Tipo Penal de Assunção de Obrigação no Último Ano do Mandato ou Legislatura	1025
2. Objeto Jurídico	1026
3. Sujeito Ativo	1026
4. Sujeito Passivo	1026
5. Ação Penal	1026
6. Elemento Subjetivo	1026
7. Da Consumação e da Tentativa	1027

CAPÍTULO 4

Ordenação de Despesa não Autorizada (Art. 359-D)	1029
1. Análise Didática do Tipo Penal de Ordenação de Despesa Não Autorizada	1029
2. Objeto Jurídico do Delito de Ordenação de Despesa Não Autorizada	1029
3. Sujeito Ativo	1029
4. Sujeito Passivo	1029
5. Ação Penal	1029
6. Elemento Subjetivo	1030
7. Da Consumação e da Tentativa	1030

CAPÍTULO 5

Prestação de Garantia Graciosa (Art. 359-E)	1031
1. Análise Didática do Tipo Penal de Prestação de Garantia Graciosa	1031
2. Objeto Jurídico	1032
3. Sujeito Ativo	1032
4. Sujeito Passivo	1032
5. Ação Penal	1032
6. Elemento Subjetivo	1032
7. Da Consumação e da Tentativa	1032

CAPÍTULO 6

Não Cancelamento de Restos a Pagar (Art. 359-F)	1035
1. Análise Didática do Tipo Penal de Não Cancelamento de Restos a Pagar	1035
2. Objeto Jurídico	1035
3. Sujeito Ativo	1036
4. Sujeito Passivo	1036
5. Ação Penal	1036
6. Elemento Subjetivo	1036
7. Da Consumação e da Tentativa	1036

CAPÍTULO 7

Aumento de Despesa Total com Pessoal no Último ano do Mandato ou Legislatura (Art. 359-G)	1037
1. Análise Didática do Tipo Penal de Aumento de Despesa Total com Pessoal no Último Ano do Mandato ou Legislatura	1037
2. Objeto Jurídico	1038
3. Sujeito Ativo	1038

4. Sujeito Passivo.....	1038
5. Ação Penal.....	1038
6. Elemento Subjetivo.....	1038
7. Da Consumação e da Tentativa.....	1038

CAPÍTULO 8

Oferta Pública ou Colocação de Títulos no Mercado (Art. 359-H).....	1041
1. Análise Didática do Tipo Penal de Oferta Pública ou Colocação de Títulos no Mercado.....	1041
2. Objeto Jurídico.....	1041
3. Sujeito Ativo.....	1041
4. Sujeito Passivo.....	1042
5. Ação Penal.....	1042
6. Elemento Subjetivo.....	1042
7. Da Consumação e da Tentativa.....	1042

REFERÊNCIAS.....	1043
-------------------------	-------------

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....	1047
---	-------------